



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA

[Handwritten signature]

ACTA NÚMERO TRÊS

ACTA DA 1.^a REUNIÃO DA 2.^a SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA MAIA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE DOIS MIL E SEIS.

— Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos, reuniu no Auditório da Quinta da Caverneira, na freguesia de Águas Santa, a Assembleia Municipal da Maia, na sua 1.^a Reunião da 2.^a Sessão Ordinária, convocada pelo seu Presidente, Luciano da Silva Gomes, em edital datado de 3 de Abril de 2006 e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ARTIGO 39.^º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
- 2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ARTIGO 40.^º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
- 3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA
 - 3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.^º 2/2006;
 - 3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, I (ALÍNEA E) DO N.^º 1 DO ART.^º 5.^º DO REGIMENTO;
 - 3. 3. PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2005 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;
 - 3. 4. INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPECTIVA AVALIAÇÃO;
 - 3. 5. DOCUMENTOS FINAIS OBRIGATÓRIOS DE PRESTAÇÃO DE

CONTAS, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ELECTRICIDADE ÁGUAS E
SANEAMENTO DA MAIA, RELATIVOS AO ANO DE 2005;

— 3.6. SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL E
ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS, PELO PRAZO DE DOIS
ANOS, PARA O TERRITÓRIO DELIMITADO A NORTE PELA RUA CRUZ DAS
GUARDEIRAS E RUA DE SANTO LENHO DE MOREIRA, A NASCENTE PELO
ARRUAMENTO COM TOPÓNIMO A DESIGNAR (N.º 1017) A SUL PELA RUA DO
DR. FARINHOTE E TARDOZES DAS CONSTRUÇÕES VOLTADAS À MESMA, E A
POENTE PELOS TARDOZES DAS CONSTRUÇÕES VOLTADAS PARA A RUA
ANTÓNIO HERCULANO PEREIRA MAIA, COM VISTA À CONSTRUÇÃO DE UM
HOSPITAL, NA FREGUESIA DE MOREIRA, NO CONCELHO DA MAIA;

— 3.7. CESSÃO DOS DIREITOS DE CRÉDITO EMERGENTES DO CONTRATO
DE ARRENDAMENTO DO EDIFÍCIO ONDE SE ENCONTRA INSTALADO O
TRIBUNAL DE COMARCA E O TRIBUNAL DO TRABALHO DA MAIA;

— 3.8. CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DA MAIA;

— 3.9. APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO DE INICIATIVA MUNICIPAL PARA
A PARCELA DE TERRENO SITA NA AVENIDA DE ANTÓNIO SANTOS LESSA,
NA FREGUESIA DE GUEIFÃES – ALIENAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO;

— 3.10. DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UTILIDADE PÚBLICA
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM CADA – CENTRO DE ACTIVIDADES PARA
DOENTES COM ALZHEIMER, SITO NO LUGAR DE CORIM, FREGUESIA DE
ÁGUAS SANTAS;

— 3.11. POSTURA DE TRÂNSITO NA RUA DA QUINTA DA COMENDA, NA
FREGUESIA E VILA DE ÁGUAS SANTAS;

— 3.12. RELATÓRIO DE GESTÃO DAS EMPRESAS MUNICIPAIS;

"MAIAMBIENTE – EMPRESA MUNICIPAL DO AMBIENTE, E.M.", "EMPRESA METROPOLITANA DE ESTACIONAMENTO DA MAIA, E.M.", "ESPAÇO MUNICIPAL – RENOVAÇÃO URBANA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO, E.M.",
"TUM – TRANSPORTES URBANOS DA MAIA" E "ACADEMIA DAS ARTES DA MAIA, PRODUCÕES CULTURAIS, E. M.". (para conhecimento), -----

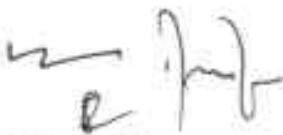
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA iniciou os trabalhos com uma saudação a todos os presentes e que esta era a primeira vez que a Assembleia Municipal se reunia fora dos Paços do Concelho, uma iniciativa inédita que visava a necessidade de estabelecer relações de maior proximidade com as Freguesias do Concelho. Informou que o Periodo de Intervenção do Público seria no fim do Periodo de Antes da Ordem do Dia e se houvesse cidadãos interessados em intervir, deveriam fazer a sua inscrição prévia, preenchendo o impresso próprio. O Senhor Deputado do Bloco de Esquerda, Gaspar Martins Oliveira, pediu a suspensão do mandato por 365 dias. Foi substituído pelo Senhor Silvestre Santos Gomes Pereira. Da Coligação "Primeiro as Pessoas", a Senhora Deputada e 2.º Secretária, Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia pediu para ser substituída, na presente sessão, por se encontrar ausente do país. Foi substituída pelo Senhor Rui Manuel Madureira Monteiro. Os documentos comprovativos dos pedidos atrás referidos fazem parte integrante da acta como documentos 1e 2. Verificadas as presenças, constataram-se as ausências dos Senhores Deputados Aloisio Fernando Maia Nogueira, António Fernando Gomes de Oliveira e Silva, Ivo Manuel da Costa Pinheiro, Joana Martins dos Santos Ascensão, Abílio Rodrigues de Sousa e ao abrigo da alínea c) do ponto 1, do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Presidente das Junta de Freguesia de Gueifães, Senhor António Alberto Anjos Monteiro fez-se representar pelo Secretário da Junta, o Senhor Francisco Lima Monteiro. O documento comprovativo desta substituição faz parte integrante da acta como documento 3. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA abriu as inscrições para o Periodo de Antes da Ordem do Dia, tendo-se inscrito e usado da palavra os Senhores Deputados: -----

MANUEL JOSÉ DA SILVA CORREIA agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia por ter realizado na sua freguesia a primeira Sessão da Assembleia, fora dos Paços do Concelho. Falou sobre três temas relacionados com a freguesia de Águas Santas, de que é Presidente de Junta: a construção de uma escola para os 5.^º e 6.^º anos; as péssimas condições de habitabilidade de uma comunidade cigana e sobre a despoluição do Rio Leça, com a leitura do texto que faz parte integrante desta acta como **documento 4**. -----

MARCO JOSÉ DUARTE MARTINS falou sobre dois temas relacionados com a Biblioteca Municipal e sobre Parque de Moutidos, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 5**. -----

VÍTOR MIGUEL SILVA deu os parabéns ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal por ter promovido a descentralização, com a realização da presente Sessão na sua freguesia, pois, no seu entendimento, eram os autarcas que deveriam ir ao encontro dos munícipes e não o contrário. A Assembleia de Freguesia de Águas Santas também deveria estar de parabéns, pois, quando era o seu Presidente, já realizara sessões descentralizadoras. A Assembleia Municipal era um órgão municipal do povo, graças ao 25 de Abril e lamentou que este ano, a Assembleia Municipal não o tivesse comemorado a exemplo de várias freguesias do Concelho. A liberdade era algo muito precioso que se conquistava em cada dia e o 25 de Abril era uma data que deveria ser sempre comemorada e recordada através das gerações e não ser esquecida pela Assembleia Municipal, sobretudo pelo argumento utilizado: programa inadequado e gastos exagerados, sobretudo no beberete. Lembrou que: "O 25 de Abril não é a festa do rissol. O 25 de Abril é a Festa da Liberdade e é a Festa de todo o Povo Português. As cerimónias comemorativas do 25 de Abril devem ficar mais baratas que muitas das placas que foram colocadas em Setembro e Outubro. Toda a gente que aqui está foi eleita. Foi eleita pelo



povo e foi Abril que trouxe esta conquista". Esperava que no próximo ano, o 25 de Abril fosse lembrado e comemorado, em moldes diferentes, nomeadamente uma Sessão Solene e a envolvência das Escolas. O 25 de Abril jamais deveria ser esquecido pois: "25 de Abril, sempre. Fascismo, nunca mais".

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 6.

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA falou sobre um tema que considerou para si muito grato: um hospital na Maia, não um hospital para a Maia, ou muito menos o hospital da Maia. Sobre este tema já muito tinha sido dito e escrito e nunca tinha constatado tantos disparates juntos. Porém, antes de abordar o assunto referiu três pressupostos: no primeiro, devido a ausência da presente Sessão, lamentou não poder ser ouvido pela Senhora Deputada Maria de Lurdes da Costa Almeida Rebelo Maia, Provedora da Santa Casa da Misericórdia da Maia, entidade que era credora de um louvor público pelo trabalho desenvolvido em prol do próximo. No segundo pressuposto, esclareceu que não estava contra a vinda de um hospital para a Maia ou contra projectos similares para a Maia, pois eram prestigiantes para o nosso concelho. Não concordava com a apropriação lançada na opinião pública de que o hospital seria uma propriedade da Maia e para os Maiatos. No terceiro pressuposto, disse que se orgulhava de em 1986 ter, de forma consciente, optado pela escolha da carreira médica privada em detrimento da pública. Estes vinte anos de actividade no sector da medicina privada davam-lhe autoridade para poder falar. Lembrou que a Maia já tinha o seu hospital e este era o Hospital Pedro Hispano, uma unidade de saúde de referência, que poderia estar sedeadas no nosso Concelho, se então tivesse havido capacidade política para o cativar para a Maia, tais como outros investimentos que deixaram fugir para outros Municípios. O hospital previsto a ser construído na Maia, seria privado e nessa qualidade só visava o lucro e a rentabilidade. No caso em análise, tratava-se de uma parceria "faz de conta", uma vez que no futuro, o Grupo

Português de Saúde seria o grande accionista e à Santa Casa da Misericórdia da Maia restaria uma quota residual ou quase nula. Os seus utentes não deveriam ultrapassar os 20% de portugueses, uma vez que os destinatários seriam apenas os titulares de seguros de saúde. Admitiu a eventualidade de poder celebrar acordos com subsistemas de saúde, nomeadamente os SAMS, a ADSE, entre outros. Apenas uma percentagem muito reduzida de Maiatos poderia vir a auferir dos serviços, uma vez que só teria as valências mais rentáveis, nomeadamente na área de cardiologia, sendo esquecidas outras, nomeadamente cuidados paliativos para doentes terminais e de geriatria, pois, os maiores de 65 anos, por não poderem celebrar seguros de saúde, quando necessitassem de cuidados de saúde, teriam de ir para o Hospital Pedro Hispano. O Grupo Melo, com três décadas de actividade, era de longe o maior na área da saúde em Portugal. O Grupo Português de Saúde "que chegou há meia dúzia de dias" já se gabava de ocupar o segundo lugar no ranking dos maiores operadores nacionais privados na área de saúde. Gostaria de saber quais eram as fontes de financiamento do projecto, bem como as razões da escolha do parceiro por parte da Santa Casa da Misericórdia da Maia, que escolhera o Grupo Português de Saúde em detrimento do Hospital da Trofa, baseada num Parecer da Deloitte & Touche, um parceiro do Banco Português de Negócios, tal como o Grupo Português de Saúde. Considerou que estas ligações de parcerias tiveram como objectivo uma intenção clara de favorecer uma das partes. Para haver um parecer isento, deveria ter sido feita um pedido a uma consultadoria independente, nomeadamente a Price Waterhouse. Face ao que tinha lido e ouvido nos órgãos da comunicação social, tinha uma dúvida, pois, não sabia se a Santa Casa da Misericórdia da Maia era uma Empresa Municipal e se não o fosse "se a Santa Casa da Misericórdia da Maia e a Câmara Municipal da Maia são uma e a mesma coisa". Lamentou que a construção do Hospital Privado da Maia fosse considerada pela Câmara Municipal, a obra do mandato, pois "apresentar uma obra que nem sequer é sua! Estamos conversados".



HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO, leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 7.

JÚLIO MANUEL MARTINS GOMES leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 8.

NUNO FERNANDO FERREIRA DA SILVA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 9.

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES agradeceu o empenho da Câmara Municipal, junto da Refer, que tornou possível a construção e conclusão de um viaduto em São Pedro de Fins. Apesar de não ser uma obra municipal, localizava-se no Município da Maia. O Hospital Privado da Maia não seria da Câmara Municipal, mas, iria ser um grande empreendimento no Concelho da Maia, graças ao empenho da Autarquia. Criticou o actual ministro da Saúde por "estar a enterrar" o Serviço Nacional de Saúde, criado há quase três décadas, pelo seu parceiro de Partido, António Duarte Arnault. Considerou erradas as críticas a parcerias, referidas pelo Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, uma vez que o actual Ministro da Saúde estimulava as parcerias hospitalares e até a nível de Centros de Saúde e não era um fantasma haver parcerias e hospitais privados, desde que, estes tivessem uma qualidade de excelência. Interrogou o Senhor Deputado se sabia há quantos anos tinha sido construído o último hospital público, e, para quando estava prevista a construção do prometido Hospital da Póvoa/Vila do Conde. A haver críticas, estas deveriam ser para o valor altíssimo das taxas moderadoras e o abaixamento das comparticipações dos medicamentos. A finalizar, manifestou a congratulação por finalmente a Maia ver satisfeita uma velha aspiração, cuja concretização estava próxima: O Hospital da Maia.

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 10.

FRANCISCO AMORIM DOS SANTOS BAPTISTA, pela não realização pela Assembleia

Municipal das cerimónias comemorativas do 32.º aniversário do 25 de Abril, procedeu a leitura de um protesto cujo texto faz parte integrante da acta como **documento 11**. -----

ARMINDO DA SILVA MOUTINHO falou do prolongamento até ao ISMAI da Linha Verde do Metro de Superfície, lendo o texto que faz parte integrante da acta como **documento 12**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA agradeceu as saudações que lhe foram dirigidas pela sua eleição para Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto. Sobre as críticas pela não realização das cerimónias comemorativas do 32.º aniversário do 25 de Abril, esclareceu que não recebia e muito menos aceitava lições de democracia de quem quer que fosse. Para ele, o 25 de Abril tinha um significado que ninguém, melhor que ele, o pudesse alguma vez sentir. A sua genealogia de pessoas humildes, mas sérias e honradas, dava-lhe autoridade para não admitir as críticas que lhe foram dirigidas, sobretudo, porque os Líderes de todas as Bancadas sabiam muito bem das razões da sua não realização. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA saudou a Assembleia por ter realizado a sua primeira Sessão, fora dos Paços do Concelho, na freguesia que o viu nascer. Sobre os pedidos de esclarecimento informou o Senhor Deputados Manuel José da Silva Correia que já reunira com a Senhora Ministra da Educação, e, que da parte da Autarquia, tudo já tinha sido feito no sentido de serem satisfeitas as pretensões por ele apresentadas. Tudo dependia da DREN e do Ministério da Educação, aos quais prometeu continuar a pressionar para que Águas Santas e Pedrouços tivessem um parque escolar com capacidade para todos os alunos. A comunidade de etnia cigana era outra preocupação que estava a tentar resolver, não no local onde se encontrava alojada, porque a Autarquia não era a proprietária do terreno, mas outro. A despoluição do Rio Leça fora já objecto de uma deliberação do Conselho de Vereadores da Junta Metropolitana do Porto, que, através de uma proposta da sua autoria, aprovara a despoluição deste rio, uma vez que com a entrada de Santo Tirso para a Grande Área



Metropolitana do Porto o leito do Rio Leça atravessava, da nascente até à foz, apenas concelhos da GAMP: Santo Tirso, Valongo, Maia e Matosinhos. Ao Senhor Deputado Marco José Duarte Martins disse que a Biblioteca Municipal era muito frequentada por leitores de todas as idades e condições. Por ser uma Biblioteca Municipal tinha um horário compatível com os dos funcionários municipais; de qualquer forma, prometeu que iria estudar o assunto no sentido de melhorar o horário de funcionamento. O Parque de Moutidos era desejado por uns e repudiado por outros. As infra-estruturas tinham sido propositadamente retiradas, pois eram objecto de constantes actos de vandalismo, mas, se os utentes do Parque e a Junta de Freguesia desejarem a sua recolocação, a Câmara fá-lo-ia. Aos Senhores Deputados Vitor Miguel da Silva e Hélder da Costa Pereira Ribeiro disse que o Senhor Presidente da Assembleia já tinha respondido às suas intervenções sobre o 25 de Abril. Lamentou que o Senhor Deputado José António Andrade Ferreira, apesar de ter sido convidado, não tivesse estado presente na cerimónia de apresentação do Hospital Privado da Maia, pois ai, não só ficaria a conhecer o projecto, como teria resposta a todas as suas dúvidas sobre este investimento. Além disso, o Grupo Português da Saúde era o responsável pela gestão de diversas unidades de saúde e hospitais do país, tendo citado algumas. Esclareceu o Senhor Deputado Júlio Manuel Martins Gomes que a construção da Linha S do Metro, apesar de ter o projecto aprovado, tinha sido suspensa pelo actual Governo. No aeródromo de Vilar de Luz continuavam a aterrarr e a ser abastecidos os helicópteros do INEM. O que não tinha sido autorizado era o seu estacionamento e a sua permanência. Por considerar que deveria ser um projecto metropolitano e não municipal e, por haver outras prioridades de despesas municipais e ser muito onerosa, cerca de trezentos mil euros, não tinha sido feita a sua certificação. O dinheiro recebido seria devolvido sem qualquer penalização. Agradeceu as palavras do Senhor Deputado Armindo da Silva Moutinho sobre o prolongamento da Linha do Metro de Superfície até ao ISMAI, que para a sua conclusão restavam apenas a conclusão de alguns

arranjos e pequenas infra-estruturas. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o Voto de Pesar pelo falecimento do Juiz Conselheiro, Dr. Fernando Jorge Ferreira de Araújo Barros, que faz parte integrante da acta como documento 13. -----

----- Posto o documento à admissão para discussão, foi admitido por unanimidade. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o documento à votação, foi aprovado **por unanimidade**. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA leu o Voto de Louvor e de Congratulação, apresentado pelo Grupo Parlamentar da Coligação "Primeiro as Pessoas", pela eleição do Presidente da Assembleia Municipal da Maia para a Presidência da Assembleia Metropolitana do Porto e que faz parte integrante da acta como documento 14. -----

----- Posto o documento à admissão para discussão, foi admitido por unanimidade. -----

----- Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra. -----

----- Posto o documento à votação, foi aprovado **por maioria** com 14 abstenções dos Senhores Deputados do PS, da CDU e do BE. -----

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA pediu a palavra para fazer uma declaração de voto. Declarou que a razão da abstenção do seu Grupo Parlamentar não era devida à falta de consideração e respeito que tinha em relação ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, "antes pelo contrário"; além disso, considerou de muito importante a Assembleia Metropolitana do Porto ser presidida por um Maiato, porém, a razão da abstenção do seu Grupo Parlamentar era devida apenas ao facto da sua eleição ter-se verificado "numa lista com cores que não são as nossas e que até foi concorrente numa lista que nós próprios propusemos". Reiterou o respeito e consideração ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e desejou as maiores felicidades no exercício das suas funções de Presidente da Assembleia Metropolitana. -----

21/1

— 2. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO, DE ACORDO COM O ESTIPULADO PELO ARTIGO 40.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; —————

—— Inscreveram-se e usaram da palavra os Municipais: —————

JOAQUIM ARMINDO PINTO DE ALMEIDA, residente na Rua I, número 270, na Urbanização do Lidor, em Vila Nova da Telha, solicitou informação sobre a data de realização da prometida reunião com a população de Vila Nova da Telha e da Vila de Moreira, relacionada com o incumprimento das obras da Empresa do Metro do Porto, naquela área do Concelho. —————

JOÃO COUTO LOPES, residente na Rua A, número 33, na Urbanização da Bouça Grande, freguesia de Vila Nova da Telha, falou do incumprimento da Lei n.º 123/97, de 22 de Maio, que estabelece a largura mínima dos passeios e a inclinação máxima das rampas de acesso aos mesmos, a fim de permitir a circulação em cadeira de rodas de pessoas com deficiências motoras. Leu um texto e entregou à Mesa documentação que fazem parte da acta como documento 15. —————

LUÍSA MARIA SILVA MONTEIRO, residente na Avenida do Bairro, número 179, na freguesia de Gemunde, disse que tinha sido despedida pela Câmara Municipal, após um ano de trabalho; num concurso a que tinha concorrido para o lugar que desempenhara, tivera dúvidas sobre a forma como tinha decorrido pelo que tinha reclamado e pedido esclarecimentos aos quais não obtivera, até ao presente, qualquer resposta. Reiterou o pedido de resposta à reclamação que apresentara relacionada com um concurso de admissão de pessoal para a Quinta da Caverneira. —————

SUSANA MARIA ROCHA DA SILVA FONSECA, residente na Quinta da Comenda, número 239, 2.º, Frente, na freguesia de Águas Santas, solicitou informação sobre o reinicio das obras de construção do Polidesportivo da Quinta da Comenda. —————

— As quatro fichas de inscrição para Intervenção do Público dos municípios atrás referidos fazem parte integrante da acta como **documento 16**.

— **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

— **3. 1. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ACTA N.^º 2/2006;**

— Nenhum Senhor Deputado se inscreveu para usar da palavra.

— Posta à votação a acta número 2/2006 **foi aprovada por unanimidade**.

— **3. 2. INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL. [(ALÍNEA E) DO N.^º 1 DO ART.^º 5.^º DO REGIMENTO];**

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA informou que a todos os Senhores Deputados tinha sido enviada a “Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal”, que faz parte integrante da acta como **documento 17**.

— Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados.

MARIA LUÍSA DIAS BARRETO teceu críticas à “Informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal” e abordou um tema que considerou de muito sensível para o PS, Emprego e Formação Profissional, com a leitura do texto que faz parte integrante da acta como **documento 18**.

LUÍS MIGUEL MACHADO DIAS criticou a Senhora Deputada pelo facto de ter acusado o Senhor Presidente da Câmara de na sua informação, pouco referir sobre a actividade municipal, e, na sua intervenção pouco ter falado da actividade municipal e muito da actividade do Governo sobre a política de Emprego e Formação Profissional. Apesar da importância da Formação Profissional considerou que, em primeiro lugar, era necessário diminuir o número de desempregados e promover uma política de emprego de criação de muitos postos de trabalho. Contestou as críticas feitas às obras não municipais em curso no Concelho da Maia, que, apesar de não o serem, foram conseguidas graças ao esforço desenvolvido pela Câmara.



Municipal. -----

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES em resposta à intervenção sobre a Política de Emprego e Formação Profissional do Governo, perguntou: "Onde estão os 150 mil postos de trabalho prometidos pelo Senhor Primeiro-ministro no seu Manifesto Eleitoral? Onde estão os prometidos Estágios Profissionais para Jovens? Qual é a efectiva mais-valia da Certificação de Competência?". Elogiou a Câmara Municipal pelo papel preponderante na criação de emprego, na atracção de investimentos para um Concelho que tem o segundo maior Parque Industrial do país. -----

HÉLDER DA COSTA PEREIRA RIBEIRO pediu a palavra para ser esclarecido se o Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves sabia que se encontrava numa Sessão da Assembleia Municipal e não na Assembleia da República, uma vez que se estava a discutir assuntos relacionados com o Município da Maia e não os do Governo de Portugal. Contestou o elogio à Câmara Municipal sobre a criação de emprego. Citou, como exemplo, o caso da Municipe, que no período de intervenção do público, referiu ter sido dispensada pela Câmara após um ano de funções. -----

MARIA LUÍSA DIAS BARRETO usou o direito de resposta para afirmar que os pedidos por ela apresentados eram ao senhor Presidente da Câmara e era dele que os aguardava. No exercício das suas funções profissionais, reunira com diversos Senhores Presidentes de Câmaras Municipais, aos quais eram colocadas as mesmas questões referidas na sua intervenção. A Câmara Municipal da Maia, por não pertencer à sua área de intervenção, tinha motivado os seus pedidos de esclarecimento. Sobre a criação de postos de trabalho, esclareceu que tinha um horizonte temporal, pois, era necessário a reabilitação da nossa economia, e antes de serem criados, tornava-se necessária uma efectiva qualificação profissional, e este trabalho estava a ser preparado. Sobre os Estágios Profissionais, acusou o Senhor deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves de desatenção, uma vez que já estava em curso o Programa de

Estágios profissionais na Administração Pública e já havia estagiários que se encontravam em funções na Função Pública.

O PRESIDENTE DA CÂMARA em resposta ao pedido de informações e esclarecimento lamentou as críticas que lhe foram formuladas por ter apresentado um documento sucinto mas preciso. Não poderia agradar a todos, pois, quando apresentava textos extensos era acusado de ser longo e exaustivo, se o apresentava breve era acusado de ser lacônico e não relatar toda a actividade municipal. Esta afirmação poderia ser considerada de verdadeira, uma vez que na Informação não constava, por exemplo, o desenvolvimento em curso no Tecmaia, onde estava a ser construído o carro citadino do futuro e outros investimentos, que até ao ano de 2010, iriam criar cerca de 2000 postos de trabalho altamente qualificados.

— 3.3. **PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2005 DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA;**

— Inscreveram-se e usaram da palavra os Senhores Deputados:

ARÍDIO DOS ANJOS TEIXEIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 19.

SILVESTRE SANTOS GOMES PEREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 20.

ADÉLIO ANDRÉ PASTOR GRAZINA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 21.

JOSÉ ANTÓNIO ANDRADE FERREIRA leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 22.

JOAQUIM MANUEL MARQUES GONÇALVES leu o texto que faz parte integrante da acta como documento 23.

ANTÓNIO MARTINS CARVALHO leu o documento que faz parte integrante da acta como documento 24.

CÂNDIDO JOAQUIM LIMA DA SILVA GRAÇA apesar de se ter inscrito para usar da palavra, tinha decidido prescindir do seu uso, após a intervenção do seu colega de Bancada, o Senhor Deputado Joaquim Manuel Marques Gonçalves. As palavras proferidas pelo anterior orador, Senhor Deputado António Martins Carvalho do Partido Socialista, provocaram-lhe mudança de intenção para poder responder. Não entendia as críticas do PS da Maia à venda do Património, quando o Governo Socialista actuava de forma contrária. Esclareceu que a "grande despesa é o que designamos de despesa rígida e que não é fácil fazê-la baixar, ou então, uma solução boa para o Partido Socialista e que passa pelo despedimento de 50% dos funcionários da Câmara". A venda do Património seria a forma que o Executivo teria de seguir, num prazo mais ou menos curto, para contrabalançar a Despesa com a Receita. Se alguém tivesse outra solução, gostaria de a conhecer. Se o Governo prescindisse da realização da obra faraónica da OTA e distribuisse o valor do investimento pelos Municípios, iria ajudá-los na componente social que lhes está adstrita: o emprego que geria, nomeadamente as verbas que a Câmara enviava para as Juntas de Freguesia e que estas eram utilizadas na sua quase totalidade em Despesas com Pessoal. O Povo não se preocupava com as Receitas e Despesas da sua Câmara, o que lhes interessava, acima de tudo, era a qualidade de vida que a sua Autarquia lhes oferecia e na Maia ela existia. A Câmara da Maia era proprietária de um valioso Património, apetecível para muitos, nomeadamente os SMEAS, que muitas Câmaras Socialistas da Grande Área Metropolitana já tinham vendido. O rigor, consciência e seriedade das Contas e Relatório de Gestão de 2005 da Câmara Municipal da Maia eram merecedoras do voto favorável da Coligação "Primeiro as Pessoas".

O PRESIDENTE DA CÂMARA disse que a vontade do Partido Socialista seria o de nada ser feito, como a obra foi feita, iria continuar a fazer o seu melhor para oferecer uma ainda melhor qualidade de vida aos maiatos. Negou a acusação que o PS lhe fizera, de ter inaugurado o Parque de Avioso, pois não era verdade e a prová-lo era o facto de a Cerimónia

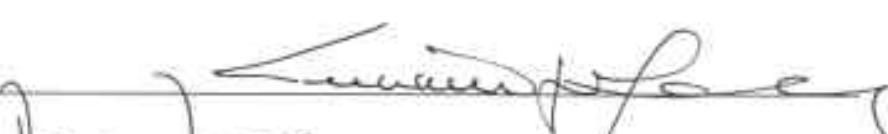
de Inauguração nunca ter existido e não haver no local qualquer placa comemorativa e se alguém inaugurou: "foi o PS que lá foram 'inaugurar' durante a Campanha Eleitoral. A Câmara não fez entrega de casas durante a Campanha Eleitoral, uma vez que o fizera antes durante, depois e ainda continuava a fazer entrega de casas no âmbito do Programa PER. Dispensou comentários a outras críticas por já terem sido esclarecidas pelos senhores Deputados Joaquim Manuel Marques Gonçalves e Cândido Joaquim Lima da Silva Graça. -----

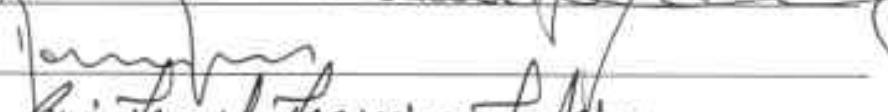
----- Posto o ponto à votação, foi aprovado por maioria, com 23 votos a favor: 22 da Coligação Primeiro as Pessoas e do Senhor Deputado Independente; 17 votos contra: 2 do BE, 2 da CDU e 13 do PS e sem abstenções. -----

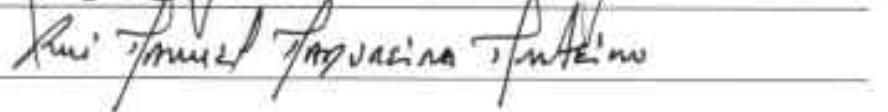
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA disse que atendendo à importância do ponto em análise, tinha permitido que todos os Senhores Deputados usassem da palavra sem ter de coarctar o seu tempo de intervenção, pois esta era a sua postura e não sabia ter outra. Atendendo ao adiantado da hora, informou que os trabalhos seriam interrompidos neste ponto, devendo a 2.ª Reunião da presente 2.ª Sessão ser continuada no próximo dia 3 de Maio, Quarta-feira, com inicio à mesma hora: vinte e uma horas e trinta minutos e no mesmo local: Quinta da Caverneira, na freguesia de Águas Santas. Todos os senhores Deputados presentes estavam desta forma convocados e para os ausentes iria ser enviada a necessária convocatória.

----- Foi lida e aprovada, por unanimidade, a acta em minuta, para efeitos imediatos das deliberações tomadas, tendo sido dado à Mesa o inerente voto para a sua elaboração definitiva.

----- E sendo uma hora e trinta minutos do dia vinte e sete do ano em curso, foi dada por encerrada a reunião, de que, para constar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Membros da Mesa: Presidente da Assembleia Municipal, Luciano da Silva Gomes e Sousa, pelo 1.º Secretário, Domingos de Jesus e Sousa e pelo 2.º Secretário, *ad-hoc*, Rui Manuel Madureira Monteiro. -----

O Presidente: 

O 1.º Secretário: 

O 2.º Secretário: 

DOC.1

GASPAR MARTINS PEREIRA
R. Faial Guimarães, 661 - 3º Dto
4200 - 291 PORTO
Tel: 22 5504990 - Ilm: 934079245
Email: gasparmp@scapo.pt

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada n.º 53
Em 30/04/06

Ex.mo Senhor Dr. Luciano Gomes
Dig.mo Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Câmara Municipal da Maia
4470-202 MAIA

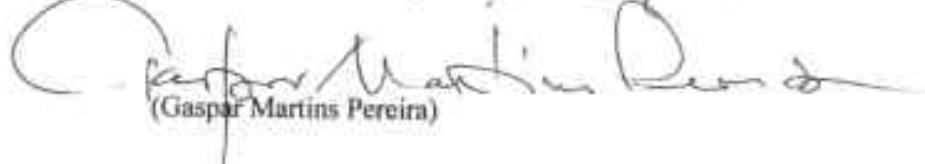
Porto, 06.04.2006

Ex.mo Senhor Dr. Luciano Gomes,
Dig.mo Presidente da Assembleia Municipal da Maia,

Tendo aceite o convite que me foi formulado pelo Conselho de Administração da Fundação Museu do Douro para desempenhar as funções de Director daquele Museu, com sede na cidade de Peso da Régua e âmbito de acção nos 21 concelhos da Região Demarcada do Douro, dando, assim, continuidade às funções oficiais de Encarregado de Missão que exercei entre 2002 e 2004, tenho de deslocar-me continuamente áquela região, com períodos de permanência mais ou menos longos, mas afectando, em todo o caso, o mandato de deputado municipal no concelho da Maia. Neste período de instalação da Fundação Museu do Douro, acresce ainda a responsabilidade de coordenar o trabalho organizativo das Comemorações dos 250 Anos da Região Demarcada do Douro, que decorrerão entre Agosto e Dezembro do presente ano. Exercendo qualquer das funções referidas em regime de voluntariado, em paralelo com a minha actividade docente, sinto crescente dificuldade em conciliar essas funções com o exercício do mandato de deputado municipal, pelo que, ao abrigo do artigo 9º do Regimento, venho solicitar a V.a Ex.a a suspensão do meu mandato de membro da Assembleia Municipal da Maia por um período de 365 dias.

Aproveito para apresentar a V.a Ex.a os meus melhores cumprimentos e desejar à Assembleia Municipal da Maia, na pessoa do Senhor Presidente, o maior sucesso para os seus trabalhos, em prol do desenvolvimento do concelho e em defesa de uma sociedade mais livre, mais justa e mais fraterna.

Com a elevada estima pessoal
e a consideração


(Gaspar Martins Pereira)

Doc. 2

Maria Lurdes Almeida Rebelo Maia
Rua de S. Romão, 179
4470 – 365 Maia

Assembleia Municipal de
Maia
Entrada n.º 46
Em 29/03/06

Exmo. Senhor
Luciano da Silva Gomes
M.I. Presidente da Assembleia
Municipal da Maia

*Cave que o
referente
30/3/06*

Venho pela presente informar V. Exa. que me encontrarei ausente do país entre o período de 24 a 28 de Abril.

Por esse facto ser-me-á impossível estar presente na reunião da Assembleia Municipal do mês de Abril se a mesma tiver lugar durante esse período.

Se assim acontecer, desde já peço a V. Exa. seja substituída pelo elemento a seguir da lista do PPD/PDS.

Com os meus respeitosos cumprimentos.

Maria Lurdes Almeida Rebelo Maia

(Maria de Lurdes Almeida Rebelo Maia)



Doc. 3

JUNTA DE FREGUESIA DE GUEIFÃES
CONCELHO DA MAIA

A handwritten signature consisting of stylized initials and a surname.

EXMO SENHOR
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DA MAIA

Gueifães, 26 de Abril de 2004

Exmo. Senhor Presidente,

Os meus melhores cumprimentos.

Em conformidade com a alínea c), do n.º 1, do art.º 38º, da Lei 169/99, de 18/09, informo V. Exa., que estará presente na sessão da Assembleia Municipal da Maia, a realizar no dia 26 do corrente, o Senhor Francisco Lima Monteiro, Secretário da Junta de Freguesia de Gueifães, que por meu impedimento, é o Substituto por mim designado.

Sem outro assunto de momento, apresento a V. Exa., as minhas cordiais saudações Autárquicas.

O Presidente

A handwritten signature of António Alberto Anjos Monteiro.

(António Alberto Anjos Monteiro)

MANUEL JOSÉ DA SILVA CORREIA
PRESIDENTE DA J. F. ÁGUAS SANTAS

Intervenção sobre a construção da escola para os 5º e 6º anos em Águas Santas, sobre o realojamento em condições dignas da comunidade cigana que vive num bairro de lata na Granja, à margem da auto-estrada Porto-Amarante, sem água, sem luz e sem saneamento; e sobre a despoluição do rio Leça, aproveitando o Diagnóstico Ambiental Regional do Grande Porto, apresentado pelo Projecto Futuro Sustentável, elaborado pela Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, que poderia ser aplicado pela Comissão do Ambiente da Junta Metropolitana do Porto.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores

Senhores Deputados Municipais e Senhores Presidentes de Junta

Senhores representantes dos Órgãos de Comunicação Social

Minhas Senhoras e meus Senhores

Antes do mais permita-me, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que manifeste o meu reconhecimento e a minha satisfação por V. Exa., cumprindo, é certo, uma promessa eleitoral, (mas quantas vezes elas não são cumpridas) ter decidido descentralizar a realização das Assembleias Municipais, optando desde logo por Águas Santas para iniciar essa descentralização, ~~uma linha dessa direcção~~, dar as boas-vindas....

Também não queria deixar de realçar a compreensão do Sr. Abilio Rodrigues de Sousa, ilustre e empenhado presidente da Junta de Pedrouços, que não colocou qualquer objecção a que esta Assembleia, destinada a cobrir a zona sul do concelho, se realizasse em Águas Santas, quando a sede da sua Junta de Freguesia possui igualmente um bom auditório.

Neste caso, realizando-se esta sessão aqui, é também uma forma de mais pessoas, neste caso dignos representantes dos eleitores maiatos, ficarem a conhecer este sítio histórico e estas óptimas instalações que o Dr. José Vieira de Carvalho soube por

bem chamar à posse do município e que o Sr. Eng. Bragança Fernandes e toda a Câmara da sua presidência soube preservar, requalificar e colocar ao serviço da população.

Aproveitava estas notas de abertura para felicitar o Sr. Luciano da Silva Gomes, digno Presidente desta Assembleia Municipal, pela sua eleição para Presidente da Assembleia Metropolitana, cargo que contribui para que todos nós nos sintamos também honrados.

Concluidas estas breves notas ao jeito de introdução preliminar, dirigia-me agora ao Sr. Presidente da Câmara para colocar três questões muito concretas.

A primeira, relacionada com o ensino.

Vamos hoje aprovar a carta educativa do concelho da Maia, documento fundamental para qualquer decisão estratégica e que vem anunciar aquilo que já sabíamos; a falta de uma escola para o 5º e 6º ano em Águas Santas, sabido como é que os 500 alunos desta freguesia que anualmente completam o 4º ano, não têm aqui onde prosseguir o seu percurso escolar.

É a única freguesia no país com mais de 25 mil habitantes, já o disse, que não possui uma escola para esse nível de ensino.

As Associações de Pais, a Junta de Freguesia, o Conselho Executivo do Agrupamento, pais e encarregados de educação individualmente, e V. Exa., Senhor Presidente, têm desenvolvido esforços, realizado reuniões e encontros com a DREN e com outras instituições e individualidades. V. Exa., Senhor Presidente, até com a Senhora Ministra já reuniu. Toda a gente espera que a construção dessa Escola seja um facto.

Gostaria que o Senhor Presidente nos dissesse se o projecto teve alguma evolução favorável e se podemos estar certos de que essa escola vai ser construída em tempo útil.

A segunda questão tem a ver com a habitação, com a acção social e com as minorias étnicas.



Como é sabido, à margem da auto-estrada Porto-Amarante existe no nosso concelho um aglomerado de tendas e barracas, um autêntico bairro de lata, onde há anos vive uma comunidade cigana constituída por 6/7 famílias e cerca de 40 pessoas.

Pessoas recenseadas, que frequentam a escola, inscritos no Centro de Saúde, que recebem o cabaz de Natal, portanto integradas na comunidade Maiata.

Só que, para além de habitarem barracas miseráveis, não têm luz, nem saneamento, nem água. Abastecem-se da fonte de um lavadouro público, de água de qualidade muito duvidosa.

Há alguns meses enviei à C.M. da Maia uma exposição relatando esta situação.

O Sr. Vice-Presidente da Câmara, certamente que por indicação de V. Exa., demonstrou um louvável interesse em encontrar uma solução para este caso de índole social, visitou o local, inspeccionou dois terrenos propriedade do município e deu instruções aos Serviços Técnicos para fazerem um levantamento geral de um desses terrenos com vista a avaliar se nele seria viável a construção de meia dúzia de habitações simples, de um só piso, com luz, água, saneamento e logradouros, onde aquela comunidade pudesse vir a ser condignamente alojada.

A minha pergunta, senhor Presidente, era no sentido de saber se entretanto houve alguma evolução deste processo.

A terceira e última questão relaciona-se com o meio-ambiente, mais propriamente com o rio Leça.

O Projecto Futuro Sustentável, que conta com a assessoria técnica da Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica, apresentou recentemente o Diagnóstico Ambiental Regional do Grande Porto que, perante um grave problema de falta de articulação, quer agora corrigir erros do passado, desencravar projectos, estimular campanhas regionais, fomentar parcerias e articular acções dos concelhos abrangidos.

4
R J H

Pegando nos rios, ficaram fora desse Projecto o Douro e o Ave que atravessam a Área Metropolitana do Porto já numa fase terminal, dependendo de intervenções a montante, já fora dessa Área.

E ficaram incluídos no Projecto, que prevê o recurso a fontes de receita a partir de candidaturas a fundos comunitários, entre outros de menor extensão e caudal, o rio Leça, que tem todo o seu percurso de 40 quilómetros totalmente na Área Metropolitana do Porto.

Por outro lado, no seguimento da tomada de posse da Junta Metropolitana, os jornais anunciaram o lançamento de iniciativas supramunicipais que poderiam ser importantes "para credibilizar a função dos autarcas que mostrem capacidade de reunir esforços para resolver os problemas dos seus municípios".

E acrescentava-se que a recuperação ambiental do rio Leça, que atravessa os municípios de Santo Tirso, Trofa, Valongo, Maia e Matosinhos, é um projecto que estará em breve em cima da mesa para ser tratado na Comissão do Ambiente formada pelos vereadores responsáveis por essa área.

Fazendo V. Exa., Senhor Presidente da Câmara, parte da Junta Metropolitana, e sendo o Senhor Presidente desta Assembleia Municipal simultaneamente Presidente da Assembleia Metropolitana, pensamos haver boas razões para acreditar que, desta vez, com a influência de ambos, tudo irá ser feito para se conseguir, finalmente, a despoluição do rio Leça.

Todos gostaríamos, com certeza, de, a este respeito ouvir um comentário da parte do Senhor Presidente da Câmara e, eventualmente, do Senhor Presidente da Assembleia Metropolitana.

Marco Martins
Grupo Parlamentar do PS
Assembleia Municipal da Maia



Intervenção no Período Antes da Ordem do Dia

Sr. Presidente da Assembleia
Srs. Secretários
Sr. Presidente da Câmara
Srs. Vereadores
Srs. Deputados
Comunicação Social
Exmo. Público presente

A minha intervenção, neste ponto, prende-se com dois temas: um trata-se de uma questão relacionada com um espaço público, na freguesia de Águas Santas, e outro de umas sugestões e questões relativas à Biblioteca Municipal.

I. Começando por este último, queria realçar a importância deste espaço para o desenvolvimento educacional dos maiatos e para o apoio ao ensino. É sabido que a Biblioteca Municipal é um espaço, por exceléncia, escolhido por um número razoável de estudantes universitários (e não só). Nas épocas de exames, por exemplo, a procura da biblioteca, para o estudo e preparação para as provas, aumenta.

Do contacto estabelecido com frequentadores deste espaço, uma das principais deficiências apontadas é o seu horário de funcionamento. As críticas ao horário sugerem a necessidade de o ver ajustado, principalmente, o horário de fecho, o qual é considerado desadequado ao horário de estudo, por eles (estudantes) praticado.

É verdade que comprehendo que um horário de um equipamento deste tipo não deverá ser idealizado tendo em conta, somente, a necessidade dos estudantes que o utilizam, em época de exames. Contudo, tendo a autarquia a responsabilidade de oferecer aos seus munícipes os melhores serviços, e devendo ser a autarquia um parceiro na educação dos filhos do concelho, seria interessante ter em conta estas sugestões e preocupações, tentando perceber da necessidade real de reajustar o horário de funcionamento da biblioteca.

Penso que deverão existir estatísticas sobre a utilização da Biblioteca Municipal. Seria de todo interessante que se analisasse esses números, nomeadamente a afluência nos períodos de Dezembro/Janeiro e Junho/Julho, ou seja, nos períodos coincidentes com os exames universitários. Uma análise aos números da afluência, nestas épocas, poderia revelar do interesse ou não em ter um horário diferenciado para estes períodos do ano.

2
J.A.

Um horário mais prolongado, no final da tarde, por exemplo, não só beneficiaria os estudantes que utilizam este espaço, como facilitaria também, a utilização do espaço a qualquer munícipe, que tendo um horário de trabalho normal, e tendo a necessidade de proceder à consulta e pesquisa de qualquer livro, o pudesse fazer com maior facilidade durante um dia da semana.

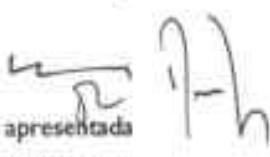
Nesta sequência gostaria de questionar o executivo da Câmara face à existência ou não das estatísticas de afluência e ocupação da biblioteca. Em caso negativo deixo aqui o meu apelo para que esses dados começem a ser recolhidos, de imediato, para posteriormente poderem ser alvos de análises sérias. Em caso afirmativo, qual é o tratamento que lhe é dado e como se poderá obter essa informação?

Estas críticas, em meu entender, construtivas, ao horário de funcionamento da biblioteca levaram-me a fazer algumas pesquisas aos horários de funcionamento, de equipamentos similares, noutras concelhos. A verdade é que, da pesquisa efectuada, a conclusão retirada é que a Biblioteca Municipal da Maia é uma das que mais cedo encerra o seu serviço. Extrapolando, poderá dizer-se que, a maioria dos jovens de outros concelhos, da Área Metropolitana do Porto, podem usufruir, em média, de mais uma hora de estudo, no final da tarde, do que os jovens maiatos. É de salientar, que existem mesmo bibliotecas que prolongam, em alguns dias da semana, o seu horário de funcionamento até às 23h.

A opção de encerrar a biblioteca à segunda-feira é também um critério de diferenciação criticável, relativamente a outros equipamentos existentes na AMP. Este ponto mereceria, em minha opinião, um reajustamento rápido, pois considero desajustado este encerramento semanal. Gostaria de saber e de ver esclarecido, se possível, o critério que levou a esta escolha. O facto de se manter a Biblioteca aberta ao Sábado não me parece suficiente para justificar o seu encerramento à segunda-feira. Volto a referir que um estudo das estatísticas de afluência a este espaço poderia revelar dados de interesse sobre esta questão.

2. O segundo ponto desta intervenção prende-se com o Parque dos Moutidos, em Águas Santas, nomeadamente com o espaço reservado à diversão dos mais pequenos. O parque infantil que se encontra aí instalado apresenta neste momento poucas características que o classifiquem como tal. Aquando da abertura do Parque dos Moutidos foi aí instalado um parque de diversão, para os mais pequenos, com uma série de equipamentos. Estes equipamentos foram-se degradando, com o decorrer do tempo e com a sua utilização, e parte deles foram já retirados do local, onde ainda restam alguns vestígios desses mesmos equipamentos que, em algumas situações, podem ser mesmo perigosos para a integridade física das crianças que utilizam o local.

Neste momento, o local encontra-se reduzido a um espaço com 2 equipamentos a necessitar já de restauro, o que em pouco serve o entretenimento dos mais pequenos se comparado com o que já aí esteve instalado. Este parque tem, nomeadamente, ao fim-de-semana, uma grande procura por parte da população de Águas Santas. O parque de diversões encontra-se sempre repleto de crianças sendo um espaço de grande procura e um espaço que os pais privilegiam para levar os seus filhos.


 É de salientar que, há cerca de 1,5 – 2 anos, esta situação de degradação deste espaço foi já apresentada à CMM, por uma série de munícipes de Águas Santas, que se deslocaram a uma reunião pública do executivo. Nessa data, foi prometido que o parque de diversões iria ser restaurado e ai instalados novos equipamentos. Até hoje, as pessoas que se deslocaram à Câmara e todos os outros utilizadores deste espaço, aguardam a intervenção prometida que, curiosamente, escapou à onda de restaurações e obras pré-eleitorais.

Os comentários que correm, actualmente, sobre esta matéria, e que têm levantado algumas questões por parte dos utilizadores, são de que a intenção da autarquia é, simplesmente, terminar com este espaço deixando-o amplo e sem qualquer equipamento. De forma a poder esclarecer-se este facto gostaria de obter por parte da Câmara uma resposta efectiva a esta questão: O parque infantil é para ser restaurado e ai instalados novos equipamentos de diversão; ou os rumores do desaparecimento deste espaço são verdadeiros, sendo essa a intenção da autarquia?

Contudo, quero estar certo de que a CMM quererá honrar as suas promessas e, assim, restaurar este espaço de diversão. A acontecer, será necessário que os responsáveis pela manutenção do espaço dêem ordens precisas para que se fiscalize a utilização dos equipamentos e não se deixe que utilizações indevidas voltem a acontecer levando a uma degradação precoce dos equipamentos.

Agradecendo a atenção para as questões colocadas, sobre estas duas situações aqui abordadas, fico a aguardar as vossas respostas.

Obrigado.

Maia – Assembleia Municipal, 26.Abr.2006

Marco Martins



2

AH

*Exmo. Senhor Presidente e restantes Membros da Mesa,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara,
Exmos. Senhores Vereadores,
Exmos. Senhores Deputados,
Senhores Jornalistas,
Meus Senhores e minhas Senhoras,*

Senhor Presidente, em primeiro lugar, quero felicitá-lo por ter escolhido este Auditório da Quinta da Caverneira, para realizar esta 2ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, o que muito honra esta zona do concelho e, mais concretamente, a freguesia de Aguas Santas, como já foi referido pelo seu Presidente de Junta, o Sr. Manuel Correia.

Desejo, em segundo lugar, congratular-me, em meu nome pessoal e em nome da Bancada PSD - CDS/PP, com a realização desta Sessão da Assembleia fora do seu lugar habitual.

Faço-o, na convicção de que a descentralização e a proximidade entre eleitos e eleitores, deverá assumir-se cada vez mais como vector fundamental desta Assembleia, que deverá desejar-se cada vez mais participada e dinâmica.

Aliás, V. Exa., enquanto candidato nas últimas eleições, sempre disse que queria, e prometeu, uma Assembleia Municipal próxima dos Maiatos. E está aqui a honrar esse seu compromisso.

Mas, queria também, deixar expresso o meu voto de que esta decisão de V. Exa. em realizar esta Assembleia Municipal fora da sede do concelho, constitua, à semelhança do que foi fazendo no mandato anterior, com, as visitas temáticas, uma forma de proporcionar a todos o Maiatos a possibilidade de

H

poderem assistir de perto nas decisões que levem à resolução dos seus problemas.

Penso e desejo que, outras zonas do concelho, no futuro, possam devam usufruir de igual honra e igual oportunidade.

A este respeito, aliás, considero que não será por falta de espaços, com a dignidade deste em que nos encontramos hoje, que futuras sessões da Assembleia Municipal, não se possam realizar por todo o concelho.

Os Maiatos saberão discernir se estamos hoje, com a deslocalização desta sessão de trabalho da Assembleia Municipal, a dar continuidade a um processo de aproximação às populações ou se estamos apenas a cumprir uma formalidade. Mas, sei que V. Exa. tem, sobre esta matéria, uma ideia muito clara, pelo que estou convicto de que não estamos perante uma mera formalidade, mas antes num processo de aproximação junto dos Maiatos.

Sabemos e conhecemos o pensamento de V. Exa. no que se refere a esta questão e estamos certos de que outras iniciativas como esta vão continuar a acontecer, porque tal como V. Exa. disse enquanto candidato, a proximidade dos eleitos com os eleitores seria fundamental para o bom desempenho da actividade desta Assembleia na resolução dos problemas do concelho, e assim, quer o concelho, quer os seus municípios vão constatando que os projectos que lhe foram propostos e, que Eles votaram, vão sendo concretizados.

Muito obrigado.

*Cândido Graça,
(Deputado da Bancada da Coligação PSD - CDS/PP)*

26.4.2006

Exm.os Membros da Assembleia Municipal:

Hoje, 26 de Abril de 2006, venho a esta tribuna dizer: valeu a pena!

Valeu a pena o 25 de Abril de 1974. A Revolução dos Cravos abriu, a todos, uma janela de oportunidade para, em liberdade, se construir o próprio futuro e o futuro de Portugal.

Que melhor maneira de cantar Abril do que dedicar-lhe a decisão daqueles que exercendo o poder, hoje, aqui na Maia, optaram por não celebrar a génesis do regime democrático português.

Ainda mais, no que às Terras do Lídador diz respeito, porque protagonizado pelos autores e actores do sistema político emanado da Revolução e que tem servido para os legitimar para o exercício do poder.

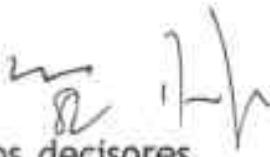
Um hino mudo ensurdecedor assobiado, quiçá, por quem só se quis aproveitar das condições que Abril criou para, nesse aconchego, poder construir o sucesso das suas próprias vidas.

Tal comportamento, ele próprio exercido em liberdade e sem medo de consequências, é indiscutivelmente a melhor homenagem que um político contemporâneo, por omissão, lhe pode fazer.

Mesmo assim, valeu a pena. Porque por Abril também cá estamos. E cantar Abril é também exercer oposição em liberdade, zelando para que a Lei e os Regulamentos se cumpram e se expurguem caciquismos parolos.

Nesta matéria, por nossa iniciativa e determinação, há já alguns progressos embora ainda insuficientes.

Também para celebrar Abril e quanto ao dito inquérito de "manifestação de interesses", a que os trabalhadores da autarquia estão a ser sujeitos, para, como se diz, permitir a futura implementação de um Código de Conduta, sugeríamos que não se enveredasse pelo caminho mais fácil, isto é, tentar arranjar bodes expiatórios no ceio dos mais frágeis.



Se é verdade que quem não deve não teme, convidava todos os decisores políticos do Município da Maia, desde a Vereação a esta Assembleia, passando pelas Administrações das Empresas Municipais, a responder ao controverso inquérito.

Pela minha parte e, estou certo, pelos meus companheiros de bancada estamos completamente disponíveis para tal, desde já!

Relativamente à gravação de som ou imagem das sessões da Assembleia Municipal, argumento que até serviu para a não concessão da palavra a este Deputado numa AM transacta, ela constitui um tratamento de dados pessoais que está sujeito à autorização prévia da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

O funcionamento do sistema sem prévia legalização junto da referida Comissão constitui uma violação da Lei n.º 67/98, o que, aliás, bem o sabe o Município Maiato, visto já não ser a primeira vez que a CNPD pune esta autarquia com pesadas coimas por motivos idênticos.

Esperamos que, também, nesta matéria, se já tenha diligenciado para que se cumpram e respeitem, todas, as Leis do Estado Democrático Português.

Finalmente,

uma palavra de saudação pela passagem do octogésimo quinto aniversário do Partido Comunista Português;

e uma palavra de solidariedade para com os trabalhadores da Câmara Municipal da Maia que, enquanto tal, são, à medida que Abril passa, cada vez mais objecto de atenção com fins invariavelmente dúbios e/ou inconfessáveis.

Pela Maia, Viva Abril

Hélder Ribeiro

1- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1-1

COMO NÃO PODIA DEIXAR DE SER, A C.D.U. REGISTA E SUBLINHA AQUI NESTA ASSEMBLEIA, A PASSAGEM E COMEMORAÇÃO DE MAIS 1 ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL, QUE EXACTAMENTE HÁ 32 ANOS FOI O ACONTECIMENTO POLÍTICO QUE REVOLUCIONOU PORTUGAL!

POR RAZÕES VÁRIAS TANTO CÂMARA COMO ASSEMBLEIA MUNICIPAL NÃO FORAM NADA BRILHANTES ^{ESTE ANO} ~~QUALQUER~~ ^{O CENTRO DA} VNA ORGANIZAÇÃO DE 1 ~~BONITA~~ PROGRATA ALUSIVO A TÃO HISTÓRICA DATA!

OXALÁ QUE NO PRÓXIMO ANO O 25 DE ABRIL TENHA A ESTE NÍVEL AUTÁRQUICO, O BAIUJO E A DIGNIDADE QUE MERECE TER E QUE PRETENDE POR INTEIRO!

A 2º REFERÊNCIA QUE FAZEMOS, DIZ RESPEITO À PROJETADA LINHA DO METRO NA ZONA SUL-NASCENTE DO CONCELHO E QUE SERVIRÁ AS FREGUESIAS DE PEDROLOGOS - ÁGUAS SANTAS - MILHEIROS - GUEIFÃES E NATURALMENTE ^{O CENTRO DA} MAIA.

TENDO EM VISTA SATISFAZER O INTERESSE E ALGUMAS PREOCUPAÇÕES DAS POPULAÇÕES DESTAS MESMAS FREGUESIAS A C.D.U. PRETENDE SABER QUAL O PONTO DE SITUAÇÃO ACTUAL CONCRETAMENTE QUANTO À PREVISÃO DO ARRANQUE DAS OBRAS E CONSEQUENTE DATA ADEVIDA PARA O SEU FUNCIONAMENTO, QUAL O ITINERÁRIO DEFINITIVO PREVISTO



2

HÁ OU NÃO TROÇOS DE CIRCULAÇÃO ENTRE PADRAS
OU TODA A CIRCULAÇÃO É A CEU ABERTO?

IGUALMENTE PRETENDE-SE SABER QUE DOCUMENTAÇÃO EXISTE SOBRE ESTE ASSUNTO E QUE PODE SER TORNADA PÚBLICA!

AINDA SOBRE O "METRO" MAS NOUTRA VERTENTE,
A C.D.U. GOSTARIA DE SALIENTAR E TRANSMITIR
A SUA SATISFAÇÃO E AGRADECE PELA REALIZAÇÃO
DE 1 PLENÁRIO LEVADO A CABO PELAS POPULA-
CÕES DE MOREIRA E VILA NOVA DA TELHA -
INCLUINDO OS RESPECTIVOS PRESIDENTES DAS
DUAS JUNTAS DE FREGUESIA -, PARA DEBATER
MEDIDAS A TOMAR POR CAUSA DA INSATISFAÇÃO
COM A FALTA DE OBRAS DE INSEGURANÇA URBANA
POR PARTE DA EMPRESA DO METRO.

IDENTIFICAMO-NOS SEMPRE COM ESTAS INICIATIVAS
DE PARTICIPAÇÃO PROFUNDAMENTE DEMOCRÁTICA DE-
MOCRÁTICA, SOBRETUDO E QUANDO OS RESPON-
SÁVEIS PELA DEFESA DOS INTERESSES DO POVO,
SE ESQUEDEM DESSE PRINCÍPIO BÁSICO E DE-
MOCRÁTICO!

A 3^a E ÚLTIMA QUESTÃO QUE ABORDAMOS
É SOBRE AQUELA HISTÓRIA TÃO MAL APARECIDA
E PÉSSIMAMENTE MAL CONTADA RELACIONADA
COM AS OBRAS EM VILAR DE LUZ TENDO EM
VISTA A INSTALAÇÃO DE 1 HELIPORTO PARA
O I.N.E.M.

DE FACTO JÁ NÃO BASTAVA TERMOS NO CON-
CELHO UMA INFRA-ESTRUTURA CARA EN-



(3)

TERMOS DE INVESTIMENTO COM A SUA CONSTRUÇÃO,
DEMASIADO DISABUNDIOSA QUANTO À SUA MANU-
TENÇÃO E SEM QUALQUER RENTABILIDADE POR
FALTA DE UTILIDADE PRÁTICA, PARA AGORA
APENAS COM UM GESTO DE DESCUIDO OU DIS-
TRACÇÃO SE PERDER DE FORMA INGLÓRIA A
MAIS VALIA QUE SERIA A UTILIZAÇÃO DE UMA
PEQUENA FATIA DAS POTENCIALIDADES INSTALA-
DAS NO AERODROMO DE VILAR DE LUZ, PELOS
HELICÓPTEROS DO "I.N.E.M."

MAIS DO QUE CONHECER OS CONTORNOS DESSA
TRISTE HISTÓRIA E APURAR OS SEUS RESPONSÁ-
VEIS E O SEU GRAU DE INTERVENÇÃO, HÁ QUE
REFLECTIR NAS CONSEQUÊNCIAS CAUSADAS E EVI-
TAR REAÇÕES!

DE FACTO É IMPENSÁVEL NUM MUNICÍPIO COMO
O NOSSO NOS DIAS QUE CORREM, TER ACONTECIDO
TAMANHA INDIGNIDADE!

AM./ 2006 ABRIL 26.

BANDEIRA C.O.U.

J.
J. P. GOMES

Decorreu no passado dia 4 de Abril, em Lisboa, a 4ª Edição dos Prémios de **"Boas Práticas no Sector Público"**, promovida pelo Diário Económico e pela Deloitte, contando com diversos colaboradores, a qual se pode equiparar aos Óscars do Sector Público e onde são distinguidos os Melhores e mais Inovadores Projectos em matéria de Boas Práticas na Administração Pública.

Torna-se ainda relevante referir que o Júri desta 4ª Edição foi constituído por Personalidades Sonantes do meio Empresarial, Académico e Político da Sociedade Portuguesa e que, após 3 reuniões pautadas para análise pormenorizada de todos os Projectos Candidatos, ~~realizando~~ ressalvando aqui que qualquer Organismo Público, independentemente de ser ~~apenas~~ local, distrital ou até nacional, apenas passaram 20 finalistas no conjunto das 4 Categorias a concurso:

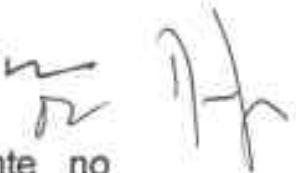
1. Sistema de Formação e Gestão;
2. Serviço Electrónico;
3. Atendimento a Clientes;
4. Melhoria de Processos.

sendo que dos 20 Projectos Finalistas, apenas foram atribuídos 8 Prémios e 3 Menções Honrosas.

E é precisamente de uma Menção Honrosa recebida pela Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E. M. no âmbito da 3º Categoria: Atendimento a Clientes, que vimos aqui falar.

Queremos antes de mais, felicitar a empresa Municipal Maiambiente, pelo recebimento desta menção Honrosa visto:

- 2
1-2
- 1 • Concorrer em pé de igualdade com outros Organismos Públicos de maior estrutura, uns de dimensão local outros de dimensão nacional, como é por exemplo o caso da Direcção Geral de Impostos, OS STCP, Câmara Municipal da Horta entre outros;
 - 1 • Por ser a 1^a Empresa Municipal das diversas 160 Empresas Municipais de todo o País, a receber a 1^a Menção Honrosa Especial atribuída a uma Empresa Municipal, tendo em conta factores da avaliação como.
 - Rapidez no Atendimento;
 - Redução dos Custos Unitários;
 - Aumento da Produtividade;
 - Eficiência;
 - Serviços Multicanais (Telef. Fax, Correio, Internet);
 - Entre Outros.
 - 1 • Por ver reconhecido o seu Projecto e Objectivos Propostos tais como:
 - Acesso a informação Via Web;
 - Redução do Tempo de Respostas às diferentes Solicitações;
 - Disponibilização de um Serviço gratuito de recolha porta a porta de Embalagens, Papel, Vidro, Equipamento Eléctrico e Electrónico e Objectos Volumosos, optimizado e baseado em mapas Digitais.


• Por este Prémio recebido se traduzir directamente no Aumento de qualidade dos serviços Prestados e no Aumento da Qualidade de Vida de todas as Maiatas e todos os Maiatos.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É com enorme satisfação que aqui felicitamos e congratulamos a Empresa Municipal Maiambiente, que com apenas dois anos verdadeiramente operacionais e depois de conseguir obter a Certificação da Qualidade, segunda a norma ISO 9001:2000, conseguiu igualmente ser distinguida com Uma Menção Honrosa de "Boas Práticas no Sector Público", transportando cada vez mais alto o nome do Concelho da Maia e dos Seus Municipios, quando uns e outros tentar catalogar este caso de sucesso, reconhecido a nível nacional, como uma "Necessidade de Maior Racionalidade da Despesa".

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Como disse o Presidente do Júri da 4ª Edição dos já referidos Prémios: "*Não se pode controlar o défice sem melhorar a Eficiência*" e nós estamos convictos que na Maiambiente assim como na CMM este foi e será sempre um dos princípios básicos da Administração Pública.

Termino desejando uma vez mais os parabéns à Empresa Municipal do Ambiente, Maiambiente.

Muito Boa Noite.

Maiam 2006/04/26




Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara; Srs. Vereadores; caros colegas; minhas senhoras e meus senhores

Comemorou-se ontem um dos dias mais importantes dos últimos 50 anos da nossa história: o trigésimo segundo aniversário do 25 de Abril de 1974.

Não pretendia fazer aqui e agora qualquer alusão a essa data tão maravilhosa que foi para todos nós. Faço-o apenas para criticar os dirigentes desta Assembleia por tentarem apagar o passado esquecendo-se de que essa data está gravada nos corações da maioria do povo português (quem esquece o passado não terá lugar no futuro).

Mesmo aqueles que no passado podiam expressar-se, estavam condicionados e para que hoje possam estar aqui livremente, concordando e discordando nas mais dispare das opiniões deve-se a essa gloriosa data.

8/7/06

Estas poucas mas sentidas palavras são dirigidas
exclusivamente ao Sr. Presidente da Assembleia, pessoa que muito
estimo e respeito, mas que este ano me desiludiu pela não
comemoração desta data.

Maia, 26 de Abril de 2006

Aridio Anjos Teixeira

Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Doc M

Srs. Secretários

Sr. Presidente da Câmara Municipal da Maia

Srs. Vereadores

Srs. Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia

Respeitável Comunicação Social

Digníssimo Públíco

32^o

Protesto

Foi ontem dia 25 de Abril de 2006 comemorado quase em todo o país, o 32º aniversário do dia da liberdade. Pelo facto registamos o nosso regozijo. Lamentavelmente, o executivo da Câmara Municipal da Maia, pela 1ª vez, não comemora do 25 de Abril.

Foi e é para o B.E. motivo de uma grande inquietação!

Seria cansativo estar aqui a desenvolver um discurso enumerando todas virtudes da revolução dos cravos, a revolução de Abril. Seria abusivo da parte do B.E., considerar que qualquer membro desta autarquia não os conhecesse.

Sentir, defender e solenizar o 25 de Abril, é um dever politicamente correcto. Arbitrando o bom senso consideraremos, que o erro político cometido, já que se trata da 1ª vez, poderá não passar de uma precipitação que não se deverá repetir. As forças politicamente mais representativas, em reunião de líderes da Assembleia Municipal aceitaram a não comemoração. Justificaram-se alegando a falta de tempo, a pouca participação popular e as despesas que tais celebrações acarretariam. Estes argumentos e alegações são politicamente erradas e facilmente desconjuntadas.

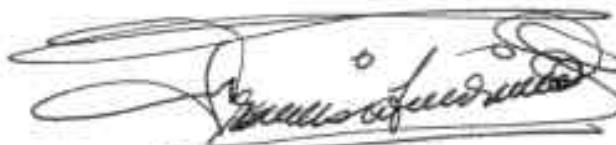
Julgamos que esta atitude, nada terá haver com o deformado exemplo oferecido por João Jardim na Madeira, ou o declinado Avelino Torres no Marco de Canavezes, que arrogantemente e de má fé destilam brutais ataques ao 25 de Abril, tanto em palavras como em actos, mas terá sim a haver com desmotivação e o medo de enfrentar uma batalha, contra o absentismo político, instalado e alimentado pela ideologia de direita, objectivando o divórcio entre o povo e o poder.

Senhores deputados, a bancada do Bloco de Esquerda, deixa aqui o seu protesto pela deliberação tomada e para que no futuro este erro seja erradicado do concelho da Maia, aqui, hoje e agora, e para que de novo surjam pretextos, ofereçamos a nossa total disponibilidade para o constituição de uma comissão que atempadamente organize em 2007, umas jornadas dignas do 25 de Abril.

Mais queremos deixar dito e escrito: o espírito democrático, solidário e transformador do 25 de Abril, no concelho da Maia, será perpetuado, festejado e reforçado. Para tal solicitamos desde já o empenho de todas as forças democráticas para a concretização deste objectivo. Se assim não acontecer, tenham a certeza senhores e senhoras presentes, assumiremos ainda que só, esta honrada tarefa política, destruindo as intenções de quem quer transformar a dignidade dos objectivos deste dia, em mais um dia que um dia cairá no fosso histórico do esquecimento.

25 de Abril sempre!

Deixar cair as comemorações nunca mais!



21/12

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia

Ex.^{mas} Srs. Secretários

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara

Srs. Vereadores, Srs. Deputados

Ex.^{mo} Público e Srs. Órgãos de comunicação social

h

Queria aproveitar esta minha intervenção, que é a primeira desde que fui eleito representante deste órgão, para afirmar perante todos vocês que me sinto honrado por fazer parte desta assembleia municipal.

Sinto-me honrado mas também com uma enorme responsabilidade por ser um representante deste órgão deliberativo do concelho da Maia.

É precisamente por me sentir honrado e responsabilizado que vos garanto que sempre que eu, como hoje, subir a este púlpito será com o objectivo de falar para e sobre o concelho da Maia ou, de uma forma particular, da freguesia de Barca.

Mas também terei sempre, e porque o meu sentido de responsabilidade impõe, a preocupação de, nas minhas intervenções, predominar sempre o respeito pela Maia e pela sua gente e por todos aqueles que me ouvirem.

Só assim me sentirei um digno representante desta Assembleia Municipal.

(2)
L M

Procurarei sempre, ao intervir, fazer com que da Maia se fale pelas melhores razões porque sinceramente não me sinto nada confortável quando dizem mal da minha terra, e principalmente, quando não há razão para tal.

É para provar exactamente o que acabo de dizer que estou aqui.

Para dizer que me sinto vaidoso e orgulhoso por ser um Maiato, exactamente aquilo que muitos gostariam de ser e não o são.

Sinto-me vaidoso porque a minha terra está cada vez mais desenvolvida e, por isso mesmo, mais rica, servindo cada vez mais e melhor os seus municípios.

Quero referir-me ao prolongamento do metro de superfície até quase ao extremo norte da Maia, uma infra-estrutura de transporte urbano que revoluciona completamente o concelho da Maia, em termos de mobilidade.

De mobilidade e de visibilidade, Sr. Presidente e Srs. Deputados, só à pouco tempo percebemos por que razão se fez tão grande investimento para que o metro viesse ao centro da Maia depois de existir um canal dos caminhos-de-ferro por onde ele podia passar. É porque tínhamos um homem, o nosso mestre, que consegui ver para além do horizonte, vi muito mais longe, e por isso já sabia que era necessário mostrar ainda mais a Maia para que, mesmos os mais distraídos, soubessem que estavam na Maia, tinha o metro que vir beijar o centro da cidade e se construisse um viaduto com quase 500 metros de comprimento e se instalasse sobre ele uma estação de metro suspensa, estrategicamente colocada sobre a Via Norte. Creio que é

3
2

uma situação inédita, e aqui sim, mesmo os mais distraídos, quando virem o Metro parado sobre o viaduto, reconhecerão que estão na Maia.

Que grande visibilidade deu à Maia este viaduto-estação.

E como se não bastasse da visibilidade para a Maia, eis que surge a segunda fase desta importante infra-estrutura de transporte, para ligar a cidade da Maia à Vila do Castelo da Maia, rasgando de lés a lés e parando, por enquanto, na estação do ISMAI.

Esta segunda fase consolida a visão estratégica que justifica o investimento da primeira fase, porque se quem vem do sul ou do norte vê o metro na maia, também o devíamos apresentar aqueles que vêm de nascente ou poente pelo IC24, e então, saindo da cidade, projecta-se uma rotunda suspensa sobre a Via Norte para lançar um espetacular viaduto construído em tiro que voa autenticamente sobre o IC24, para mais adiante, pousar em terra e abraçar a Vila do Castelo e seguir até ao extremo norte do concelho.

E é também, neste imponente viaduto de 700 metros de comprimento com espaço para circulação pedonal, que aqueles que transitam no IC24 têm a oportunidade de ver o metro e de confirmarem que estão na Maia assim como, aqueles que circulam sobre o viaduto têm a oportunidade de desfrutar de uma bela panorâmica.

Concluímos portanto, que as duas artérias da Maia com maior fluxo de trânsito são sobrevoadas pelo metro.

~~Só no final da estrada~~
os viadutos sobre a via-norte e sobre o IC24 são perfeitos,
mas excepto as referidas vias da cidade da Maia

A 7-11

Está, principalmente nestes dois viaduto, a visibilidade que o metro trouxe para a Maia.

Sr. Presidente da Câmara, gostaria de ~~um~~ felicitar pelo seu esforço, pelo seu empenho, e pela capacidade que demonstrou na perseguição deste objectivo, que era a conclusão do trajecto em via dupla e nos timings acordados.

Todos sabemos que faltam concluir algumas acessibilidades, inclusivamente em Barca, onde tenho responsabilidades autárquicas.

É evidente que sobre isto existem reparos ou críticas ~~de pessoas~~ ~~que estas não o perturbam~~ Sr. Presidente da Câmara, ~~porque~~ são muitos mais aqueles que, como eu, não compreenderiam que durante 2 ou 3 meses, e porque faltavam, concluir algumas acessibilidades, estivesse o metro parado, prejudicando muitos milhares de pessoas que, com maior ou menor dificuldade, o utilizariam como o estão a utilizar,

Por último, Sr. Presidente da Câmara gostaria de o felicitar pela maneira simples e informal com que inaugurou a abertura do metro aos utilizadores. Eu diria que quase passou despercebida.

Parabéns ao senhor presidente da câmara, parabéns também ao senhor vice-presidente da câmara, que sei que foi também um perseguidor implacável para que tudo isto se concluisse. Parabéns à Maia e muito obrigado pela atenção que me dispensaram.



Doc 137-1
F

VOTO DE PESAR

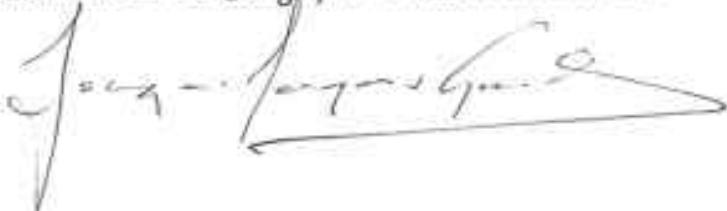
Pelo falecimento do Ilustre Maiato, Dr. Fernando Jorge Ferreira de Araújo Barros, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça; Coordenador do Curso Superior de Solicitudaria, do Instituto Superior da Maia; Presidente da Associação Jurídica da Maia; Presidente do Conselho Disciplinar da Federação Portuguesa de Voleibol, e Vice-Presidente do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Futebol, o Grupo Parlamentar "Primeiro as Pessoas" reunido na Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, em 26 de Abril de 2006, aprovou um "Voto de Pesar" com o seguinte teor:

- 1 - Exprimir a profunda tristeza e consternação pela partida inesperada de tão distinta personalidade da Nossa Maia.
- 2 - Apresentar à Família as mais sentidas condolências.

Deste documento deve dar-se conhecimento à Família.

Maia, 26 de Abril de 2006

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação "Primeiro as Pessoas"



Doc 14
JF
2

VOTO DE LOUVOR E DE CONGRATULAÇÃO

O Grupo Parlamentar da Coligação, "Primeiro as Pessoas", reunido na Segunda Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, em 26 de Abril de 2006, aprovou um voto de Louvor e de Congratulação, pela eleição do Presidente desta Assembleia, Senhor Luciano da Silva Gomes, para a Presidência da Mesa da Assembleia da Grande Área Metropolitana do Porto, com o seguinte teor:

1 – Louvor ao Senhor Luciano da Silva Gomes, pela sua eleição para a Presidência da Mesa da Assembleia da Grande Área Metropolitana do Porto.

2 – Manifestação de Congratulação, pelo facto de a Maia ter o seu Presidente da Assembleia Municipal, a presidir ao órgão deliberativo da Grande Área Metropolitana do Porto.

Deste documento deve ser dado conhecimento à Assembleia e à Junta Metropolitanas do Porto; à Câmara Municipal da Maia e aos órgãos de Comunicação Social.

Maia, 26 de Abril de 2006

Pelo Grupo Parlamentar da Coligação "Primeiro as Pessoas"

Xaus Dráfe

Doc. 15
17/04/2006

João Couto Lopes
Rua A nº 33
Urbanização da Bouça Grande
4470-719 Vila Nova da Telha – Maia
B. I. nº 2997239
Fiscal nº 119616483
Eleitor nº 5860

Exmo. Senhor Presidente
da assembleia Municipal da Maia.
Sr. Dr. Luciano da Silva Gomes

Maia 24 de Abril de 2006

Assunto: Largura dos Passeios e rampas onde os deficientes consigam subir

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia.

Saudo V. Exa. e a Assembleia Municipal, de 26 de Abril de 2006 na Quinta da Caverneira- Aguas Santas.

Sr. Presidente da Mesa de Assembleia, o tempo dado para expor todos os assuntos referentes às barreiras arquitectónicas nas urbanizações é pouco.

Exmo. Sr. Presidente , venho por este meio dirigir-me a V. Exa. e à Assembleia, no sentido de que os Responsáveis Autárquicos me ouçam e tenham bom senso, tomem medidas, e resolvam os casos que os deficientes com toda a justiça exigem ser Cidadãos de 1º. Assim os responsáveis Autárquicos queiram! O Decreto-Lei 123/97 de 22 de Maio, obriga a que a Largura Mínima Livre dos Passeios seja de 1,20 cm. e rampas de acesso a passadeiras 6% Máximo de inclinação.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmo. Sr. Presidente da Câmara. Exmos. Deputados, Exmas. Senhoras, e. Senhores Municipais, começo a minha intervenção por relembrar que sou deficiente motor, ninguém está livre de ter um acidente e ficar numa cadeira de rodas, Biamputado dos Membros Inferiores, 88% de incapacidade , tendo assim necessidade de circular nos passeios., antes não fazia ideia das dificuldades dos deficientes, por isso faço um apelo ao Sr. Presidente da Câmara e aos responsáveis Camarários que sejam mais sensíveis aos problemas dos deficientes.

Não pensem os Responsáveis Autárquicos que são imunes ao destino, mesmo que o fossem, as Leis são para se cumprir, ou não?..Acham que nunca lhes pode acontecer andarem numa cadeira de rodas ?, desenganem-se, eu também me desenganei, sejam humanos e sensíveis, mandem repor os passeios como a norma Comunitária Obriga. 1,20 livres de obstáculos.

Dirijo-me à Assembleia, mais concretamente ao Sr. Presidente da Câmara , não poço deixar de dar conhecimento à Assembleia, e apontar os Responsáveis pelo não cumprimento da eliminação das barreiras arquitectónicas para os Deficientes, nas Urbanizações Bouça Grande, Lidor, e circundantes, em Vila Nova da Telha.

Para que o Sr. Presidente e a Assembleia se prenuncie e « obrigue » a Câmara a cumprir a Lei das Acessibilidades para as pessoas deficientes, fazendo os passios novos de maneira a que as pessoas com mobilidade condicionada, e os deficientes motor em particular se possam movimentar nos mesmos.

Exmas. Senhoras e Senhores, Os responsáveis pelo não cumprimento da lei 123/97 de 22 de Maio em Vila Nova da Telha são !.

O Sr. Eng. António Gonçalves, Bragança Fernandes, Como Presidente da Câmara,
O Sr. Eng. Silva Tiago, Como Responsável Urbanístico,

O Sr. Eng. Manuel de Sousa, e a Sra. Arq. Ilda Marques, Como responsáveis pelas obras, nas Urbanizações acima citadas.

Lembro V. Exas. Que foi aprovado em conselho de Ministros em 26 de Janeiro de 2006, sanções (multas) para quem não cumprir o decreto-lei do regime de acessibilidades na via publica, no caso de persistência de barreiras arquitectónicas para deficientes, o próprio estatuto do eleito local (no caso dos autarcas), prevê que qualquer incumprimento da legislação seja passível da perda de mandato. Senhor Presidente, não me parece que a Câmara opte por pagar multas, muito menos perda de mandatos. Sr. Presidente por favor faça um esforço, e faça cumprir a lei.123/97 de 22 de Maio

Meus Senhores o Sr. Presidente da Câmara, em resposta á DECO-PROTESTE face a uma reclamação minha, sobre barreiras arquitectónicas em 31de Maio de 2005, diz que a Câmara Municipal esta a cumprir integralmente o consagrado no decreto-lei 123/97 de 22 de Maio, inclusivamente na utilização de rampas para acesso ao passeio, por parte dos meios mecânicos utilizados pelo reclamante., na 2^a folha informa que a Câmara Municipal já comunicou às entidades cuja instalação das infra-estruturas provocam constrangimento nos passeios, por forma a serem corrigidos e evitados em futuras instalações. Ver documentos (2).

Minhas Senhoras e meus Senhores talvez o Sr. Presidente não tenha conhecimento, mas um ano depois, este mês Abril de 2006, instalaram uma série de armários E.D.P. que condicionam os passeios a 0,49 cm. e rampas de passadeira que mais parece rampas de lançamento de misseis, ver fotos., fotos essas enviadas ao Sr. Presidente, Em 20 de Abril de 2006.

Exmos Senhores para que não fique duvidas nesta Assembleia, o Sr. Presidente da Junta de Vila Nova da Telha Sr. Pinho Gonçalves, presente nesta sala como deputado, pode confirmar a autenticidade destes documentos.

O mais caricato e grave Senhores deputados, é que os responsáveis Autárquicos deturparam a verdade ao Jurista da DECO-PROTESTE, ao enviarem fotos tiradas por alguém da Câmara Municipal, fotos essas que nada tem haver com as reclamações feitas por mim, sobre as Barreiras arquitectónicas. Informei o Dr. Jurista da DECO de toda a verdade e só a verdade, enviando-lhe fotos reais das barreiras em questão, fotos essas tiradas pelo Jornalista do Jornal MaiaHoje que tinham sido publicadas no jornal e na Internet em 14 de Outubro de 2005.

Devido ao alongamento de tempo os Senhores podem depois verificar os documentos e as fotos em questão.

Tenho muitos mais para dizer, mas já estou a ser muito extensivo. À qual Peço desculpa, e agradeço a atenção do Sr. Presidente e da Assembleia.

O meu obrigado
João Couto Lopes

27





Ilustração 3 devido à inclinação da rampa de PASSADEIRA as rodas de imergência tocaram no chão e não deixa subir a cadeira



Ilustração 4 Rua 11 Urbanização Lidor foto tirada 18-04-06



Ilustração 5 Rua 11 Urbanização Lidor foto tira18-04-06-



Ilustração 6 Rua 9 Urbanização Lidor foto tirada 18-04-06



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

4470 - 202 MAIA



DECO PROTESTE

Telefone 229 408 600

Telex 5 P. 229 480 192
S. A. 229 418 411

Av. Eng.^o Arantes Oliveira, n.^o 13, 1.^o B

1900-221 Lisboa

Sua referência:

Da sua comunicação de:

Nossa referência:

DATA

Of.^o

157017-0-13

ASSUNTO:

V/Ofício com ref.^o SC/82892b de 15 de Setembro de 2005

Envio de carta de João Couto Lopes - Largura dos Passeios

Vem a Câmara Municipal da Maia, por este meio, dar resposta à reclamação apresentada em anexo, pelo Ex.mo Sr.^o João Couto Lopes, munícipe desta autarquia.

A empreitada em questão, levada a cabo pelos Serviços Municipalizados da Maia, nas urbanizações do Lidor e da Bouça Grande, inclui a substituição das condutas da rede de abastecimento de água e da rede de águas residuais, a construção da conduta de águas pluviais, e ainda a qualificação urbana de todo o espaço superficial que se encontrava até então em adiantado estado de degradação.

Esta qualificação urbana, adoptou uma estratégia de circulação de veículos motorizados em sentido único, apesar da diminuta largura dos arruamentos, possibilitou aumentar a largura dos passeios existentes, organizar o estacionamento público e melhorar francamente a mobilidade na área em questão, conforme imagens fotográficas que seguem em anexo. Salienta-se o facto desta Câmara Municipal estar a cumprir integralmente o consagrado no decreto-lei 123/97 de 22 de Maio, inclusivamente na utilização de rampas reentrantes alongadas, para acesso ao passeio, por parte dos meios mecânicos utilizados pelo reclamante, conforme o estabelecido em Regulamento Municipal e em imagens que seguem também em anexo.

A par desta empreitada, está a ser executada a instalação da rede de gás natural, a submersão das infra-estruturas aéreas da EDP, Portugal Telecom e TV Cabo, levadas a efeito pelas respectivas entidades.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
4470 - 252 MAIA

11/01/2001
R

Telefone 229 406 600
Teletax P. 229 480 192
S. A. 229 418 411

Sua referência:

Sua comunicação de:

_____ / _____ / _____

Nossa referência:

O/E*

DATA

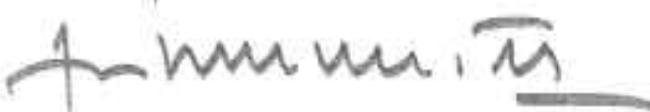
ASSUNTO:

Informa-se que esta Câmara Municipal já comunicou às entidades cuja instalação das infra-estruturas provocaram constrangimentos nos passeios, por forma a serem corrigidos e evitados em futuras instalações.

Por último, esta Câmara Municipal salienta o facto que a referida empreitada se encontra ainda em execução, pelo que solicita a compreensão dos moradores para os constrangimentos inerentes à obra.

Sem mais, aproveito a oportunidade para lhe apresentar os meus melhores cumprimentos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,



(ENGº. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

DOC. 16
LHM

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

Nome: - JOABUIN ARMANDO PIRES DE ALMEIDA

Morada: - URBANIZAÇÃO CIDADA - RUA 1, 270

Código Postal: - 4470 - 301 MAIA

Freguesia: - V. N. DA TELHA,

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exº, que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um periodo de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

OBRAS DO METRO PORTO

Possui | reafirmar do resto/ultimo Redac
informe | informe de S.P. Paixao

✓ informe de S.P. Paixao

Que que diz das respostas

Maia, 26/9/2006

(Assinatura)

Saúde Arneid Pinto de Oliveira

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

Nome: - JOÃO COVTO LOPES

Morada: - RUA A N.º 33 URB. BOUCA GRANDE

Código Postal: - 4470 - F19 MAIA

Freguesia: - VILA NOVA DA TELHA,

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exº, que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

LARGURA DO PASSEIOS D.LZI 123/97 22.4410

URBANIZAÇÕES BOUCA GRANDE E CIDADOR

efetos.

Maia, 26/4/2006

(Assinatura) J. Covto Lopes

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

Nome: - Luisa Maria Silva Fautius

Morada: - Ave de Paixão, 179

Código Postal: - 4470 - Maia

Freguesia: - Carvalho.

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exº. que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Pedido de resposta a uma requalificação

2º Funcionário de Quinta de
Carvalho - Carvalho - o que se passa?

Maia, 26/04/2006

(Assinatura) Luisa Fautius

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.

INSCRIÇÃO PARA INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Exmº.

Presidente da Assembleia Municipal da
MAIA

Nome: - Susana Flávia Ribeiro da Silva Figueira

Morada: - Rua Quinta da Comenda, 239 2º Andar

Código Postal: - 4425-175 Maia

Freguesia: - Agua Santas

vem, muito respeitosamente, solicitar a V. Exº. que atento ao disposto no nº 3, do artigo nº 40.º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia, lhe seja concedido um período de tempo para pedir os seguintes esclarecimentos:

Assunto

Poli-desportiva da Quinta da
Comenda

funcionários na Quinta
Para quanto? Concessão - Encerramento

Concessão

Maia, 26/04/2006

(Assinatura) Susana Flávia Ribeiro da Silva Figueira

Obs.: A intervenção do público fica sujeita às regras estabelecidas no artigo 48º do Regimento da Assembleia Municipal da Maia.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
Gabinete do Presidente

Assembleia Municipal da
Maia
Entrada n.º 54
Em 30/04/06

Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal da Maia
Paços do Concelho
MAIA

Ofício nº 7.090

ASSUNTO: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL.

Exmo Senhor Presidente

Nos termos da Lei, levo ao conhecimento de V. Ex.a e através de V. Ex.a à Ex.ma Assembleia Municipal, a presente Informação.

Esta Informação sobre a Actividade do Município vai ser presente à Assembleia Municipal na ocasião e na circunstância da realização da sua 2ª Sessão Ordinária do ano de 2006.

A esta Reunião serão presentes assuntos de grande importância para a nossa vida colectiva, permitindo-me destacar os documentos respeitantes à prestação de contas e aos relatórios de gestão da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados, relativos ao ano de 2005, que se apresentam á consideração e análise por parte de Assembleia, bem como dos documentos



CÂMARA MUNICIPAL DA MATA
GABINETE DO PRESIDENTE

similares das Empresas Municipais dos quais se dá conhecimento à mesma Assembleia.

Sobre todos eles não tecerei, no âmbito desta Informação, quaisquer considerações exceptuando um pequeno apontamento para me referir à excelente capacidade realizadora do Município, a qual se encontra bem expressa e que é bem traduzida por todos esses mesmos relatórios e contas de gerência. É que estes traduzem e são a expressão do trabalho empenhado e profícuo que realizamos dia a dia e todos os dias.

O nosso Município – na concepção dos vários órgãos que o compõem –, continua a sua intervenção pautada por uma grande iniciativa e sentido de futuro nos propósitos e pelo rigor de processos no estrito cumprimento da Lei e das regras de boa gestão dos dinheiros públicos.

Permito-me pontuar alguns acontecimentos, actividades e acções que tiveram lugar no curto período que decorreu entre a última Informação que prestei à Assembleia Municipal e o presente documento:

- Numa parceria entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de Pedrouços e o Projecto Novos Laços foi lançado o "Espaço Mulher", o qual tem por objectivo corporizar um Centro de Informação e



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
GÁBINETE DO PRESIDENTE

Acompanhamento às Vítimas de Violência Doméstica no âmbito do denominado projecto "Novo Rumo". Contará e disponibilizará o trabalho e o apoio de Técnicas especializadas nesta difícil e delicada área de intervenção e ajuda em situações de grande melindre social.

- Celebrámos um protocolo com a empresa "Port' Ambiente" com vista a que esta entidade apoie financeiramente a requalificação e a ampliação da Escola do EB 1 de Crestins, na Freguesia de Moreira, dotando-a de um Jardim de Infância e de outros espaços complementares. O projecto foi executado internamente por Técnicos da Câmara, devendo as obras estarem prontas para a abertura do novo Ano Lectivo.

É com muita satisfação que refiro este acordo já que há que ser salientada a consciência social que uma vez mais foi revelada pelos responsáveis da empresa em questão, o que muito nos apraz registar. Este é um caminho – o da sensibilização empresarial para as questões de índole social – que pretendemos seguir e vir a reforçar.

- O processo relativo ao tão desejado Hospital da Maia deu passos decisivos. Em sessão realizada no Salão Nobre do Município foram publicamente apresentadas as linhas gerais de um acordo de princípio entre a Santa Casa da Misericórdia da Maia e um consórcio de



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

empresas privadas com vista à construção do que se convencionou chamar de "Parque de Saúde da Maia". Este contemplará um Hospital dotado de valências várias e de uma "Residência Assistida" dirigida aos nossos mais avançados na idade e que necessitem de acompanhamento e cuidados especiais.

A Câmara muito tem trabalhado e muito se empenhou para que este conjunto de iniciativas sejam concretizadas, pelo que se congratula pelo entendimento a que se chegou e parabeniza todos os intervenientes neste processo.

Já que abordei estas questões da saúde gostaria de deixar uma palavra sobre uma recente reunião mantida com a Administração Regional de Saúde do Norte com vista a se encontrarem soluções para a reinstalação do Centro de Saúde da Maia, sendo que, e basicamente, pretendemos que seja retomado todo o processo anteriormente encetado com a ARS. Para além deste dossier efectuou-se uma análise dos empreendimentos que estão em curso ou a serem brevemente iniciados no Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

- O Município apresentou à Junta Metropolitana do Porto cerca de uma centena de projectos que pretende sejam incluídos no designado plano operacional "Norte 2015", que está a ser articulado pela CCDR do Norte, de forma a poderem aceder ao financiamento comunitário que vier a ser definido em sede do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013.

Os projectos elencados situam-se, nomeadamente, nas áreas da Educação e Formação (que contempla o desporto), na área Social, na área da Saúde, na área do Ambiente, na área dos Transportes e na área do Lazer.

Se mais fosse necessário, este vasto conjunto de projectos mostra bem, por si só, o profundo estudo e o profundo trabalho de prospectiva, de planeamento e de desenvolvimento que a Câmara leva a efeito. Sempre no sentido de adivinhar os tempos e de lhe dar uma resposta atempada.

- Quanto à actividade económica referiria que teve lugar no FORUM da Maia o 1º Encontro Nacional sobre Competitividade e Inovação . Noutra vertente, o Centro de Emprego da Maia, no ano de 2005, registou um aumento das ofertas de emprego em 36 % e um aumento de colocações em cerca de 55 % se comparado com o ano de 2004. Boas



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

notícias portanto no que respeita ao tecido e à actividade económica no Concelho.

- No âmbito da Geminação com a Cidade Canadiana de Sault Ste Marie recebemos, durante alguns dias, uma Delegação de quinze pessoas, quase inteiramente composta por empresários e chefiada pelo Mayor da edilidade, que cá se deslocaram em visita de trabalho com vista a conhecerem a nossa realidade económica e desenvolverem um conjunto de contactos na área empresarial. Naturalmente que com esta visita foram reforçados os laços já existentes que estavam corporizados, até agora, em acções de intercâmbio no âmbito das relações culturais e desportivas.

- Na actividade desportiva não poderia deixar de pontuar que está em curso a grande acção designada por "Férias Desportivas" da Páscoa, que se destina a Jovens entre os 5 e os 15 anos e ao preenchimento do tempo livre que neste período têm, ocupando-o com actividades desportivas numa perspectiva de iniciação em modalidades várias, sendo devidamente enquadrados por Monitores e Técnicos da especialidades.



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
Gabinete do Presidente

Está a decorrer a XIII Taça Internacional Maia Jovem, em Ténis, certamente um dos mais categorizados eventos mundiais da modalidade para Jovens com menos de 14 anos. Este ano a prova conta com 230 participantes oriundos de 22 países e com o Jovem atleta que ocupa o 1º lugar do respectivo ranking europeu.

Este é um certame de que muito nos orgulhamos pela valia que adquiriu e pelo reconhecimento das condições e das infraestruturas impares que o Município dispõe para este tipo de eventos.

Uma palavra final para me referir a dois assuntos:

A entrada em serviço da passagem rodoviária, desnivelada, ao Apeadeiro do Leandro da Linha do Minho da C.P., das respectivas obras de arte e vias de acesso e complementares, na Freguesia de S. Pedro Fins, resolvendo um problema que estava a constrangir imenso o desenvolvimento desse território Concelhio e pelo qual estávamos a lutar faz já bastantes anos.

A abertura, no dia 18 de Março, da último troço da linha B do Metro do Porto, estendendo-a agora até à Póvoa do Varzim e servindo mais uma estação na Maia, a estação do Lidor em V. N. da Telha. O inicio da exploração



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

GABINETE DO PRESIDENTE

comercial da linha C, no dia 31 de Março, entre a estação Forum e a estação ISMAI, passando pelas da Zona Industrial, de Mandim e do Castêlo.

Ambos os eventos constituem datas marcantes para o Município tal a importância e o significado que se revestem em termos de mobilidade da população e da qualidade dessa mesma mobilidade, a que acrescem as muito categorizadas intervenções de inserção urbana tanto do canal ferroviário como das estações que compõem as linhas, podendo dizer, sem qualquer receio, que se tratam de intervenções notáveis. No que respeita às estações da linha C brevemente isto que acabo de referir poderá ser constatado *in loco* já que a conclusão das obras está aprazada para cerca de 2 meses.

A finalizar, informo que o saldo de tesouraria da Câmara Municipal, à presente data, cifra-se em Euros, repartido da seguinte forma:

- | | |
|-------------------------------|--------------|
| a) Documentos – | 2.102.837,23 |
| b) Dotações orçamentais – | 989.007,28 |
| c) Dotações não orçamentais – | 2.929.277,45 |



CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

(GABINETE DO PRESIDENTE)

Sendo tudo o que, ao momento, me cumpre informar, manifesto-me ao
inteiro dispor de V. Exa e da Exma Assembleia Municipal para prestar quaisquer
outras informações mais especiosas que, eventualmente, entendam por
necessárias e ou convenientes.

MAIA E PAÇOS DO CONCELHO, 6 DE ABRIL DE 2006,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

(ENG. ANTÓNIO GONÇALVES BRAGANÇA FERNANDES)

Doc. 18

R N

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia
Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal
Ex.mos Senhores Secretários da Mesa
Ex.mos Senhores Vereadores
Ex.mos Senhores Deputados
Ex.ma Comunicação Social
Ex.mo Público

Dirijo-me a esta Assembleia e em particular ao Senhor Presidente da Autarquia começando por lhe dizer que leio sempre com muita atenção as informações que dirige aos membros deste órgão. Elas fazem, geralmente, como já aqui foi já referido, uma abordagem laudatória e elogiosa dos propósitos da Câmara Municipal sustentada na referência a projectos ou acordos para pintar um futuro colorido, pretendendo deixar a ideia que a Câmara a que V. Exa. preside faz seguir o município com a tal excelência que tanto aqui se apregoa, mas deixando apenas a certeza de que a sua concretização está adiada, não passa de intenções de papel, vertidas num conjunto de projectos sujeitos ainda muitos a co-financiamentos no âmbito do Novo Quadro Comunitário de Apoio que entrará em vigor apenas a partir do próximo ano.

É que estando a Câmara em situação financeira crítica, prisioneira dos seus próprios compromissos financeiros ditados pelos devaneios do passado que já comprometeram o passado o presente e o futuro só lhe resta mesmo falar em intenções.

Sabemos todos onde se diz que vão parar as boas intenções...

Voltando ao documento que me fez vir aqui, gostaria que em próximas ocasiões esta comunicação que o Senhor Presidente da Câmara nos dirige primasse por mais rigor e coerência. De facto, decorreu um curto período de tempo entre a última informação que prestou a esta Assembleia e este documento, ^{que} como diz, vem pontuar alguns acontecimentos, actividades e acções que ocorreram entretanto.

Não é assim Senhor Presidente, estamos perante o relato de um conjunto de eventos a que chama com certeza acontecimentos mas de acções ou

actividade tem muito pouco, pontua antes alguns que, ou não ocorreram neste período de tempo, ou nem sequer dizem respeito a acções da Câmara Municipal.

Refiro-me naturalmente ao emprego e formação profissional, uma área à qual os socialistas da Maia são sensíveis e em que eu estou particularmente envolvida, não podendo, portanto, aceitar que depois do rol de parcerias, protocolos, processos, questões e projectos que pretendem ilustrar o profundo trabalho de prospectiva, de planeamento e de desenvolvimento que a Câmara diz levar a efeito, viesse em jeito de māozinha à actividade económica falar em boas notícias por um aumento de 36% das ofertas de emprego e de cerca de 55% das colocações registadas no Centro de Emprego da Maia em 2005 face a 2004.

Senhor Presidente, o Centro de Emprego da Maia é um serviço público desconcentrado mas não creio que algum dos seus índices de actividade possa ser incluído no alcance deste documento porque não compete às atribuições da autarquia fazer a avaliação do desempenho daquele serviço nem deverá valer-se deles para retirar quaisquer ilações sobre a actividade que pretende aqui pontuar.

O desemprego aumentou em todo o país com particular incidência no Norte e a Maia não é excepção.

O Partido Socialista está muito preocupado com o Desemprego Nacional que continua a ser estrutural e portanto muito sensível a qualquer oscilação da conjuntura económica.

Os aumentos de ofertas de emprego e de colocações a que se refere, ainda não são indicadores de diferenciação positiva do tecido económico nem da diminuição do desemprego na Maia. Com respeito às ofertas de emprego e às colocações, sabe por exemplo que do total de 641 ofertas transmitidas ao Centro de Emprego da Maia em 2004 este apenas conseguiu responder a 312, ficando portanto sem resposta 329. E que das 871 registadas em 2005 só foram satisfeitas 483, ficando também sem resposta 388? *é outra versão*
dos números, este pressupõe

Senhor Presidente isto não nos diz nada a respeito da actividade económica do Município e muito menos da influência que a Câmara têm nesse aumento de ofertas ou de colocações, se por acaso, esses acréscimos não resultaram de admissões feitas pela autarquia, o que me parece que não foi o que aconteceu. Diz-nos sim que apesar da quantidade de ofertas e das colocações ter aumentado, a qualidade das mesmas deixa muito a desejar. São ofertas para emprego de vínculo precário na sua maioria para pessoal

indiferenciado sem qualificações, com salários a rondar o Salário Mínimo Nacional e com um horizonte de empregabilidade que não vai além de um ano de trabalho. Trata-se de mão-de-obra barata e de alta rotação nas empresas.

Não nos iludamos, o Governo do Partido Socialista está atento e já tem, não em projecto mas em marcha, a recuperação do atraso de qualificações de que todos estamos a ser vítimas.

Tem, por via do Novo Plano Nacional de Emprego um aumento significativo da oferta formativa de dupla certificação dirigida aos jovens que abandonaram precocemente o sistema regular de ensino, podendo desta forma obter qualificação profissional e completar a sua escolaridade antes de entrarem no mercado de trabalho.

Tem, através do Programa de Novas Oportunidades uma resposta para aqueles que, estando já no mercado de trabalho, podem também aumentar as suas qualificações escolares e profissionais, em percursos formativos à medida para além de aumentar para 12 anos o referencial mínimo de formação para os jovens. Tem neste âmbito, em preparação os meios necessários ao funcionamento de cursos profissionais e tecnológicos em várias áreas que vão aumentar significativamente a oferta formativa das escolas secundárias e das escolas profissionais já no próximo ano lectivo, após ter feito o levantamento das tendências do mercado de emprego que conjugou com alguma capacidade de formação já instalada.

Tem, na mesma linha da dupla certificação e já a funcionar com bastante sucesso, uma rede de CRVCC – Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências que se dirige a todos aqueles que detendo o “saber fazer” e as competências por via da experiência, as podem ver reconhecidas e certificadas.

Tem ainda em fase de instalação avançada com resultados muito animadores o necessário cruzamento de dados entre diferentes serviços públicos com vista à melhoria da prestação dos respectivos serviços ao cidadão e consequentemente a prevenção das situações de fraude.

Só desta forma podemos ter num contexto de trabalho europeu a mobilidade profissional justa e desejada onde os trabalhadores portugueses passem a ser trabalhadores de pleno direito.


Estes são entre outros os caminhos decisivos para a competitividade da
nossa economia e se nos dissesse quais foram na Maia e neste curto período
de tempo as acções que com a colaboração da Câmara Municipal estiveram
a ser postas em prática indo de encontro a estas linhas de orientação
estratégica, ai sim poderíamos afirmar que são boas notícias para o tecido e
para a actividade económica do município.

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista

A Deputada Municipal


(Maria Luisa Barreto)

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Assembleia Municipal;

Ex.^{mo} Sr. Presidente da Câmara Municipal, Srs. Vereadores,
minhas senhoras e meus senhores

Pretendo com esta minha pequena intervenção, no âmbito do relatório de gestão de 2005, analisar a breve Nota Introdutória, feita para o efeito, do Sr. Presidente da Câmara, relacionando as obras em 2005.

Sr. Presidente, há anos que tenho estado afastado da vida autárquica, mas sempre atento ao desenrolar dos acontecimentos nas realizações concelhias.

Surpreso mas não surpreendido, tenho reparado que os novos dirigentes autárquicos (embora novos) nada mudaram em relação ao passado e seguem bem os vocábulos megalómanos que caracterizaram mandatos anteriores.

Sabemos que quando há nova gente, há novos estilos (infelizmente, este não é o caso); a cartilha foi bem

estudada, e os alunos bem comportados não deixaram de a
decorar para em qualquer altura a por em execução.

Quando o Sr. Presidente diz que foram feitas grandes e
pequenas obras e melhoramentos em todo o concelho, isso
é um facto. Não fosse esse ano, ano de eleições e não fosse
necessário deitar os foguetes e apanhar as canas em vários
pontos do concelho (honra lhe seja feita, porque sabe-o
fazer muito bem), duvido ^{que} esse número, dito elevado,
fosse concretizado.

Só que o erro é por demais evidente, quando comparado
com os anos anteriores.

Será que o Sr., Presidente continua a não ver que os
Maiatos sabem muito bem que, quando há eleições, os
movimentos são maiores e os passos são dados bem
maiores que as pernas?

Sr. Presidente, ponha os pés na terra, jogue com a realidade, fale verdade à população, a demagogia mais tarde ou mais cedo cai por terra.

Todos sabemos que essas obras tão elogiadas por V.^a Ex.^a não estão pagas; os Srs. em algumas iniciativas, hipotecaram a Câmara económica e financeiramente por muitos e muitos anos. Fale a verdade às pessoas e verá que a sua popularidade e protagonismo aumentam.

As obras megalómanas não satisfazem ninguém.

Permitam-me que cite o poeta (para os que sonham e fazem sonhar):

"Vós, que lá do vosso império, prometeis um mundo novo.

Calai-vos que pode o povo querer um mundo novo a sério"

Maia, 26 de Abril de 2006




Em Setembro de 2005, na preparação das eleições autárquicas e na sequência da análise então efectuada às contas do município, o Bloco de Esquerda chamou a atenção para a dificílima situação financeira em que se encontrava a Câmara da Maia e publicou inclusivamente um estudo onde, de forma clara e nunca seriamente contestada, justificava as suas preocupações e o alerta lançado.

Não obstante o óbvio, durante toda a campanha eleitoral, e ainda mesmo hoje, a direita, e muito particularmente executivo camarário e o seu Presidente, teimaram e teimam em tapar o sol com a peneira, recusando-se a reconhecer a desastrada e irresponsável política que conduziu a Câmara a tão difícil situação e pretendendo sustentar que tais dificuldades não passam de um doentio imaginário da oposição.

O documento intitulado "Prestação de Contas e Relatório de Gestão" ora em apreciação e deliberação por esta Assembleia, cita, a páginas 10, Demóstenes, dizendo que "As palavras que não são acompanhadas de factos não servem para nada"!

Não sabemos exactamente em quem pensava o autor, ou autora daquela página ao citar Demóstenes – estamos em crer que não estaria a referir-se exactamente àqueles a quem pensamos nós que a citação se adapta que nem uma luva – mas se os Senhores Deputados se deram na trabalho de ler a encomiástica " Breve Nota Introdutória " que precede aquela frase convirão que não poderia ter melhor epílogo. Assim como não poderia ter melhor epílogo uma leitura comparada das Contas que ora nos são presentes e do Orçamento que as precedeu!

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão é um documento que, como decorre da sua própria designação, testa e mede a qualidade dos responsáveis pela sua prestação. Mais que saber da bondade dos números, ao analisar e votar tal documento os Deputados Municipais devem avaliar as discrepâncias entre o prometido e o cumprido, entre o orçamento e a sua verdade.

Como bem se refere a páginas 97 do documento, no capítulo Conclusão, e passamos a citar, "O relatório de gestão de uma gerência pode ser um valioso instrumento de tomada de decisões, na medida em que revela um importante documento de reflexão, pelo confronto entre as intenções dos eleitos locais projectadas e os valores efectivamente alcançados".

E mais ainda: "O orçamento só será um eficaz instrumento de gestão se as receitas e as despesas previstas apresentarem um elevado grau de realização. Caso contrário as potencialidades desse documento como instrumento de planificação serão reduzidas."

E ainda: "Isto obriga a dizer que um bom planeamento deve assentar sempre em projecções realistas, não sobreavaliando as receitas nem subavaliando as despesas, procurando sempre um ponto de equilíbrio na programação financeira".

Ou seja, e em conclusão, reconhece o próprio autor do texto que não faz sentido falar de Prestação de Contas sem falar de Orçamento. Não faz sentido dizer o que se fez sem nos reportarmos ao que nos tinhemos proposto fazer. Falar de Contas sem falar de Orçamento é falar de coisa nenhuma. Portanto, iremos falar de ambos.

Mas antes de lá chegarmos, e a talho de foice, gostaríamos de convosco compartilhar a seguinte interrogação: O que leva quem assim escreve, e pensamos que terão sido os técnicos do respectivo sector, responsáveis tanto pelo presente documento como pelo Orçamento que o precedeu, a pactuar, reiteradamente, com os fantasistas orçamentos que nos são apresentados?


Ignorância? Não cremos. Incompetência? Também não nos parece. Então será por medo ou subserviência!

Não podem, e não devem, os técnicos deste sector, como não o podem ou devem os de qualquer outro, pactuar com ordens e orientações que belisquem grosseiramente a sua competência e dignidade profissionais, que gerem expectativas infundadas e irrealizáveis a terceiros, que falseiem a transparéncia e rigor a que devem obedecer todos os actos da gestão autárquica, emanem tais ordens ou orientações seja ele donde for. Sabemos que resistir, principalmente nos tempos de hoje, não é fácil. Mas, c'os diabos, estamos a falar de técnicos superiores!!!

Posto isto, e entrando mais detalhadamente nas Contas, a primeira constatação que emerge é que, mais uma vez, a receita arrecadada no montante de 62 milhões de euros se ficou muito aquém da fantasiosa verba de 114,4 milhões orçamentada para 2005, correspondendo a um grotesco desvio de 46% em relação ao previsto. De quase meio por meio. Performance de que se envergonharia qualquer iniciado em planeamento financeiro. Motivo de despedimento por incompetência em qualquer empresa do mundo. Razão para corar de vergonha, caso a tivessem os seus responsáveis!

No estudo da situação financeira que o Bloco fez em Setembro de 2005, o Bloco afirmava, e demonstrava, bastando-lhe para tanto os documentos disponíveis dos anos precedentes, que não havendo receitas extraordinárias como as da antecipação das rendas, ou recurso ao crédito bancário, dado que a Câmara já não dispunha de capacidade de endividamento a médio e longo prazo, a receita estabilizada da Câmara rondaria os 60 milhões de euros, como agora se confirma.

Como compreender então que não obstante o óbvio, não obstante conhecerem os responsáveis pela elaboração do orçamento de 2006, à data da sua elaboração, dados já muito próximos dos reais referentes a 2005, que apontavam para uma receita naquele exercício de 62 milhões de euros, como compreender,

perguntamos, que tenham elaborado novo orçamento para o ano em curso que prevê uma receita de 118,7 milhões de euros, isto é, 90% superior?

Prosseguindo.

Releva-se no texto, a páginas 13, o grau de execução da chamada receita corrente dizendo-se mesmo que é de anotar "os excelentes níveis de execução daquela rubrica" que rondaram 92%, guardando-se para a apreciação da receita de capital um lacónico, e passamos a citar, "...o que não acontece nas receitas de capital".

Ora, como bem sabe quem minimamente conhece estas matérias ou a elas tem alguma sensibilidade, falhar na previsão da receita corrente - ou da despesa corrente, acrescentamos nós - é quase como falhar no euromilhões ao sábado, ou seja, depois do sorteio de sexta-feira!

A receita corrente, dependente fundamentalmente (em 70%) dos impostos, tem séries históricas suficientemente sólidas para um previsão rigorosa e não coloca, salvo qualquer revolução legislativa, qualquer dificuldade mesmo a um iniciado.

A despesa corrente, por sua vez, reportando-se a salários e a fornecimentos e serviços prestados por terceiros (ambas, representam 97% daquela rubrica) também não coloca qualquer dificuldade.

Portanto, elogiar o acerto no óbvio não faz qualquer sentido.

O verdadeiro teste de competência e seriedade de um responsável orçamental está exactamente em acertar naquilo em que este Executivo falhou redonda e, diga-se até, ridículamente: na previsão da receita de capital. Ora, nesta matéria, para uma receita prevista de 57 milhões de euros o Executivo diz-nos nas contas que arrecadou 9,7 milhões de euros, ou seja, 17%.

Portanto, o disparate orçamental de 2005 - tal como o disparate orçamental de 2006 com o qual, a seu tempo, seremos confrontados - assume uma bem maior expressão do que aquela que à primeira vista parece resultar dos números globais quer orçamentais quer da contas daquele exercício, sendo que esse já não é de pequena monta. O disparate orçamental mede-se justamente nesta incompreensível e ridícula discrepância entre a receita de capital orçamentada e a realizada , com uma previsão que excedeu 6 vezes, repetimos, 6 vezes o que foi realizado!

Como levar a sério, seja na previsão orçamental seja na prestação de contas, quem com esta leviandade age? E que, em vez de mostrar contrição, ainda se permite elogios?

Apesar de tudo isto já não ser pouco! Sublinhamos mais algumas situações pelo seu caricato:

A páginas 15 pode-se ler mais esta pérola: "Dentro das receitas de capital, a rubrica de maior relevo é a de transferências de capital, sendo interessante realçar a não utilização de qualquer passivo financeiro, o que revela que o Município ao longo da gerência em análise, e para fazer face à despesa realizada, mobilizou a sua actividade no âmbito da autonomia financeira que lhe é intrínseca".

Pese o barroco do discurso – comprehensível em quem, como se evidencia ao longo de todo o texto, tentou servir a dois senhores, à técnica e à política, num exercicio de manifesta impossibilidade e com afloramentos que roçam o risível – a sua ideia clara é transformar a não utilização em 2005 desse estranho conceito de receita, que é o do endividamento bancário, num acto de gestão responsável por parte da Câmara Municipal, ignorando, ou pretendendo fazer ignorar, que se a Câmara não recorreu ao endividamento bancário é porque não pode, é porque a sua capacidade de endividamento a médio prazo está esgotada há anos.

O que, pasme-se, é reconhecido lá mais para a frente, a páginas 36, num paragrafozito onde se lê que, e passamos a citar, "Perante as disposições legais existentes, não dispõe a Câmara Municipal da Maia de capacidade de endividamento de médio e longo prazo".

É o que verdadeiramente se chama de tapar o sol com a peneira.

Mas nesta matéria o que interessa sobretudo fixar é o brutal nível de endividamento do município, que só à Banca atingia 78,4 milhões de euros no final de 2005 e que somado das dívidas a médio prazo a fornecedores, também elas no elevadíssimo montante de 37,4 milhões de euros, totalizava 105,8 milhões de euros!

Aliás, é curioso observar que esta rubrica "Fornecedores de imobilizado" conheceu desde 2002, último ano em que a Câmara pôde dispor do acesso ao crédito bancário, um crescimento galopante, tendo mais que triplicado no período de três anos, passando de 12 milhões de euros no final de 2002 para 37,4 milhões de euros no final de 2005!

É caso para se dizer que os novos banqueiros do município passaram a ser os seus fornecedores!

É claro que conhecemos, e podemos antecipar, a resposta, aliás requerida, da Maioria a esta questão do brutal endividamento: Devemos, mas temos muito património!

É desde logo uma tirada, já quase um slogan, que não significa nada quem a pronuncia.

Em segundo lugar, e contrariamente ao que afirma a Maioria, não é tanto assim o património que o município possa liquefazer para pagar as suas dívidas, muito particularmente aos seus fornecedores.

O Bloco deu-se ao cuidado de analisar o inventário do município à data de 31 de Dezembro de 2005 e concluiu que dos 413 milhões de euros nele referidos, 110 milhões, ou seja 25%, se referiam a infra-estruturas rodoviárias; 45 milhões, 11%, a terrenos; 58 milhões, 14%, a complexos desportivos e piscinas; 98 milhões, 24%, a habitações sociais. Estas rubricas somam 75% do inventário. As remanescentes são itens residuais.

Perante este cenário, e dando por bons os valores apresentados pelo executivo, não vemos bem onde vai buscar a Maioria a pretensa folga.

Com excepção dos terrenos, não vemos como liquefazer os restantes activos.

As habitações sociais devem-se e resta saber se, colocadas à venda, alguma vez teriam o retorno que consta do inventário. Será que estão a pensar vender as estradas, os pavilhões e as piscinas?

Senhores Deputados

Como dissemos, apreciar as contas municipais é mais um exercício de confrontação entre a realidade que elas traduzem - e a realidade que era suposto traduzirem, com base no orçamento - do que a avaliação da bondade dos números, desiderato para o qual não dispomos sequer de elementos ou diligências, próprias ou de entidades por nós solicitadas, que de uma forma independente no-lo permitissem confirmar.

Apreciar as contas municipais é essencialmente um acto de juízo político entre o prometido e o cumprido. É um acto que visa avaliar a credibilidade dos seus autores e agentes. É de política que se trata e não de mera técnica.

E é justamente por isso que iremos votar convictamente contra estas contas porque elas reflectem, por um lado, a falência da capacidade de previsão e gestão deste Executivo, na tradição aliás dos que o precederam, e expressam, por outro, a da falta de

respeito com que esta Maioria trata os que se lhe opõem,
repetindo os mesmos grosseiros erros, não obstante saberem que
são erros e grosseiros, apenas porque quem os denuncia é
oposição.

Recorrendo de novo à única nota digna de registo do documento
que vamos votar, a citação de Demóstenes, terminamos repetindo
que "As palavras que não são acompanhadas de factos não
servem para nada"!

José Pêgo

Prestação de Contas da C.M.M. relativas a 2005

CDU

*Enviado ao presidente da assembleia
e aos membros e comunicações sociais,*

A CDU ao iniciar a leitura da prestação de contas relativas a 2005, depara-se com um concelho onde qualquer cidadão do mundo gostaria de viver, onde o executivo camarário cumpre à risca com os seus objectivos e planos à muito traçados (a questão temporal é sem dúvida um facto), em que a obra feita é de tal forma extensa que com humildade e modéstia o executivo sublinha particularmente dois aspectos dessa mesma obra.

No entanto, nem só de palavras, e ainda bem, se faz a prestação de contas deste executivo, na análise feita pela CDU aos números agora à discussão não podemos deixar de ter como ponto de partida e comparação as 'Grandes Opções do Plano' para 2005. Essa mesma comparação e análise dos números demonstram e cimentam claramente aquilo que esta mesma bancada colocou nesta assembleia: estávamos perante um orçamento inflacionado, à semelhança de outros anos, que em nada correspondia à realidade e à capacidade da autarquia na realização de receitas, a menos que se desencantassem novamente receitas extraordinárias ou se recorresse ao crédito bancário.

Pois bem, em 2005 o executivo camarário não teve rendas para antecipar ou qualquer outra situação passível de ser comercializada e gerar receita, quanto ao crédito bancário e como a tentação é sempre grande, foi inevitável e mais uma vez esta autarquia não se poupou a penhorar-se por mais algum tempo.

Citando Demóstenes "As palavras que não são acompanhadas de factos não servem para nada", vejamos:

- As receitas correntes rondaram sensivelmente os valores apresentados pelo executivo, outra coisa não seria de esperar dada a natureza da sua proveniência, ficando a sua taxa de execução nos 92%.
- Quanto às receitas de capital sublinhamos que dos 57 milhões de Euros previstos, a autarquia arrecadou pouco mais do que 9,5 milhões de Euros, o que corresponde a 17% Senhores Deputados daquilo a que este executivo se propunha. Perguntamo-nos se ~~este~~ é desconhecimento da realidade do património da autarquia, se é falta de conhecimento matemático e económico ou se pura e simplesmente é demagogia, tentando fazer-nos acreditar e fazer acreditar os Maitatos de que somos um concelho riquíssimo e que geramos

2

fortunas a cada ano que passa. Quanto a nós, sabemos qual é a resposta e ela sintetiza-se na demagogia e no inflacionismo das contas da nossa autarquia isto porque, como já referimos, foi um ano sem receitas extraordinárias e estas de facto tendem a esgotar-se. 'Quem deu não tem para dar'  'Quem precisa, precisa sempre' já diz o nosso povo.

Pois bem Senhores deputados, tal como o executivo reconhece "podemos verificar que a receita total arrecadada foi inferior à previsão efectuada", este facto contradiz claramente aquilo que inicialmente nos querem fazer querer, de que a Maia está bem e recomenda-se.

Dos números apresentados percentualmente, verificamos que a taxa de execução deste município se situa aproximadamente nos 55% o que para nós representa 'muita parra e pouca uva', representa uma noção desvirtuada da realidade, a que chamamos demagogia e 'faz de conta', representa inércia e fracasso, que traduzidos na prática representam meio feito, meio por fazer, metade do objectivo cumprido, metade do passo dado, ao contrário do que nos escrevem.

Focando um ouiro aspecto da prestação de contas: as despesas, reconhecemos o bom trabalho feito no que respeita às despesas correntes conseguindo o executivo arrecadar cerca de 15 milhões Euros.

Infelizmente nem tudo são rosas, senão vejamos o que sucedeu em 2005 no que respeita às despesas de capital que rondaram os 38 milhões Euros, apesar das receitas do mesmo tipo serem de apenas 9,5 milhões Euros. Concluímos portanto e os números não nos desmentem que a dívida contraída por esta autarquia da responsabilidade deste e dos anteriores executivos continuou a aumentar, degradando ainda mais os cofres da autarquia.

Obra assim não se pode chamar de investimento mas antes de despesa e encargos.

Senhores deputados se por sorte das convicções e num cenário absolutamente impossível de concretização esta assembleia decidisse sanear as suas contas, não nos bastariam dois anos para o fazer, a manterem-se os actuais valores de receita e excluindo todas e quaisquer despesas, o que representaria investimento zero e o despedimento de todos os funcionários da autarquia, é obvio que a CDU não querer isto

5

e tal exercício apenas tem como objectivo clarificar e denunciar a actual situação financeira da edilidade.

Para a CDU fica hoje claro o rumo que actual maioria CDS-PP/PPD-PSD tem vindo a percorrer e a forma como têm conduzido o nosso município, o município dos Maiatos. Um rumo irresponsável, de endividamento, pouco sério na resposta às verdadeiras e reais necessidades da população, que privilegiou e privilegiará sempre determinadas facções da sociedade.

Por tudo isto e porque somos oposição consciente, séria e cumpridora dos objectivos que colocamos aos Maiatos, a CDU votará contra este relatório de contas.

H
Bancada da CDU
Adelmo Braga
26/04/06

DOC. 22



 Asssembleia Municipal de Mafra
Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhores Secretários

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Jornalistas

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Pretendemos nesta Sessão da Assembleia Municipal discutir e votar a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** e o **RELATÓRIO DE GESTÃO** do Município, durante o Ano Civil de 2005.

Sem prejuízo de uma análise mais técnica e pormenorizada das rubricas apresentadas, de que outros elementos da Nossa bancada se encarregarão, cabe-me em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, fazer uma apreciação política do documento, comentando sobretudo as estratégias e orientações, bem como as opções e prioridades nele definidas, e definir o sentido de voto.

Na Declaração de Voto que em Novembro de 2004 os vereadores do Partido Socialista apresentaram a propósito do Plano de Actividades e Orçamento para 2005 foi dito, e passo a citar:

"Na impossibilidade de recorrer ao crédito por imposição do governo, as Receitas De Capital são neste orçamento constituidas através da previsível venda de património. (...)

Assim a venda de bens de investimento, que em 2002 foi de 0,5 M€, e em 2003 de 1,2 M€, é perspectivada em 2005 para 40,2 M€. (...)

Trata-se, na nossa leitura, de uma mera fantasia, sem qualquer credibilidade, para compor e empolar os números. (...)

O mesmo desvirtuar dos números ocorre nas Transferências de Capital, receita proveniente da Administração Central. (...)



Asssembleia Municipal de Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Resulta desta fantasia que 47 % do Orçamento previsto para 2005 é um enorme ponto de interrogação, é constituído com base em receitas tão extraordinárias que o tornam num orçamento virtual. (...)

A mais que provável não concretização das Receitas de Capital comprometerá em absoluto todos os projectos, e o Plano de Actividades poderá não passar de uma utopia. (...)

Uma vez mais prevemos que a taxa de realização se ficará pelos 60 %."

Fim de citação.

No entanto apesar das críticas apresentadas entendeu então o Partido Socialista dar o benefício da dúvida ao executivo abstendo-se na sua votação, decisão que nos parece ter sido errada face à realidade que agora se nos apresenta.

O documento que agora trazem a esta Assembleia encarrega-se infelizmente de dar razão às declarações que então fizemos, e que só a atitude teimosa e autista do executivo impediu de ser corrigida.

De facto com as receitas de capital inflacionadas, baseadas essencialmente na alienação de património, sem recurso ao crédito (não por opção mas porque as disposições legais em vigor lhe impedem o recurso a crédito de médio e longo prazo – Pg 36), e sem perspectivas de aumento das transferências da Administração Central, só um milagre poderia salvar esta conta de gerência de ser o que é – um tremendo bluff.

Assim se explica que à falta de melhor o executivo refira como principais obras do exercício: primeiro a entrega de 251 fogos de Habitação Social prontos há muito mas intencionalmente guardados para serem entregues em ano de eleições, numa atitude que revela até desrespeito pelas pessoas que tiveram que aguardar pela ocupação efectiva das casas vivendo em situações carenciadas; depois, a abertura ao público dos Parques de Avioso e de Quires, Jardim dos Altos e Jardim da Granja, pomposamente inaugurados mas cujo pagamento só aparecerá reflectido nos próximos exercícios (ficando a faltar apenas a inauguração de um lavadouro e de um fontanário para completar as obras que nos tempos do estado novo eram garantia de



Asssembleia Municipal da Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

vitória eleitoral); e finalmente a chegada à Maia do Metro de superfície, numa tentativa de apropriação de um projecto e uma obra que nada tem a ver com o executivo camarário, que antes pelo contrário, até beneficiou de muitas obras de requalificação, sem custos para a Autarquia.

RECEITA e TAXA DE EXECUÇÃO

A previsão de receita que fizeram no Orçamento para 2005 foi de 114,4 M€, mas o realizado de apenas 61,9 M€, totalizando portanto um desvio negativo de 52,4 M€, a que corresponde uma taxa de realização de apenas 54,1%, uma das mais baixas dos últimos anos.

Também nós erramos quando fizemos uma previsão para uma taxa de realização de cerca de 60 %, mas ainda assim erramos por ser excessivamente optimistas.

Recordamo-nos todos de ainda há poucos meses ouvir nesta Assembleia o Senhor Líder de bancada do PSD exibir com orgulho a taxa de execução desta Câmara. Será que tem razões hoje para manter o orgulho de então? Será que continua a encontrar nesta taxa de execução razões para considerar que o desempenho deste executivo é motivo de orgulho e prestigia a Maia, quando comparada com outros municípios de dimensão semelhante? Julgamos sinceramente que não, e acreditam que não o afirmamos com nenhuma espécie de prazer.

Se nas Receitas Correntes consideramos aceitável o desvio negativo de 8,43 % correspondente a menos 4,8 M€, já nas Receitas de Capital, o desvio negativo de 82,99 % correspondente a menos 47,5 M€, pelo que significa de menor capacidade de investimento, é a nosso ver, dramático.

Não nos venham agora dizer que é positivo porque não alienaram património, nem nos queiram atirar areia aos olhos dizendo que "... não se efectivou a venda de Bens de Investimento ... não obstante terem sido desencadeados os processos administrativos conducentes à concretização desse objectivo, tais procedimentos delongaram-se muito para além do esperado – Pg 88". Não venderam mas não foi porque os processos administrativos fossem demorados. É que o que têm para vender



Assembleia Municipal da Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

1
2
3
não se vende facilmente, porque a conjuntura do país não é favorável a vendas, e ainda porque quem se coloca em posição de precisar de vender tem sempre maior dificuldade em obter um preço justo.

E quando falarem de não terem alienado património será bom não esquecer o negócio da ANTECIPAÇÃO DAS RENDAS alienando 25 M€, que verdadeiramente aniquilou a Empresa Municipal ESPAÇO MUNICIPAL, comprometendo seriamente a preservação e manutenção do parque habitacional nos próximos 25 anos.

Mas porque nem tudo é mau, e para que não nos acusem de só denunciar os aspectos negativos, queremos congratular-nos por pela primeira vez na última década as Receitas Correntes com um valor de 52,2 M€, serem muito superiores às Receitas de Capital num valor de 9,7 M€, trilhando um caminho que há muito vinhamos a apontar. Esperamos que não se trate de um achado meramente ocasional, mas seja antes uma estratégia de saneamento financeiro. De facto, as Receitas Correntes, porque assentes na cobrança de impostos directos e indirectos, espelham mais realisticamente aquela que é a saúde económica e financeira de cada Concelho. Já por contrário as Receitas de Capital, dependem de apoios obtidos na Administração Central através da obtenção de Fundos Comunitários, projectos co-financiados, contratos programa, etc., ou são resultados de Receitas Extraordinárias, resultantes nomeadamente da venda de bens de investimento, ou do recurso a crédito, pouco se relacionam com a realidade do Município.

Os dois únicos aspectos positivos desta conta de gerência tal derivam: primeiro, a redução do passivo financeiro à Banca em 2,9 M€, e a redução da Despesa Corrente – Aquisição de Bens e Serviços em 2,8 M€.

Continuamos no entanto a defender que a Câmara da Maia carece de medidas estruturais, como sejam a redução do número de efectivos, a contenção das despesas, a obtenção de receitas alternativas, etc. que possibilitem um verdadeiro saneamento económico, em vez de medidas avulsas, como sejam a alienação de rendas ou a venda de património, que apenas resolvem problemas conjunturais de curto prazo.



Assembleia Municipal da Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

TRANSFERENCIAS CORRENTES

A Administração Central transferiu em 2005 verbas num total de 15,7 M€, que é sensivelmente o mesmo que em 2004, e mais cerca de 25,6 % mais que o transferido em 2003 com governo PSD (12,5 M€). Não será pois por culpa do Governo que a situação não é diferente desta.

DESPESA

A Despesa Corrente foi inferior ao previsto em 0,5 M€ o que consideramos positivo.

O mesmo não se pode dizer da Despesa de Capital, que ao situar-se em 53,4 % do previsto, ou seja 43,8 M€ abaixo do orçamento, significa que o investimento sem ficou por metade do previsto.

A redução das Despesas de Funcionamento é um sinal positivo que registamos, uma vez que o aumento de despesas com o pessoal de 2,8 % se situa dentro dos níveis de inflação do ano, enquanto que a Aquisição de Bens e Serviços sofreu uma redução significativa, em praticamente todas as rubricas.

TRANSFERÊNCIAS para as JUNTAS DE FREGUESIA e SUBSÍDIOS

Parece-nos inaceitável que as dotações para as Juntas de Freguesia se mantenham ao nível das de 2004 e anos anteriores. Não é possível transferir competências para as Juntas de Freguesia sem as dotar dos instrumentos financeiros necessários à sua realização.

Esta situação apresenta-se particularmente inexplicável quando se constata que os que os Subsídios atribuídos a Associações Desportivas (1,79 M€), Associações Culturais (200 m€) e Associações Humanitárias de Bombeiros (225 m€), totalizam 2,2 M€, substancialmente superior às verbas para as Juntas, ou que as Empresa Municipais recebem o dobro do atribuído às 17 Juntas, ou que a Empresa Municipal MAIAMBIENTE recebe ela só, 1,7 M€, o que constitui um perfeito exagero – Pg 67.



Assembleia Municipal da Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

[Handwritten signature]

INVESTIMENTO

O Investimento Directo realizado pela Câmara foi de 32 M€. Se a esse valor retirarmos 20,1 M€ destinados aos fogos de Habitação Social (PER), restam 12 M€ que serviram para pagar obras como a Torre da Câmara (238 m€), a Casa do Desporto (355 m€), o Parque Central (598 m€), o Aeródromo (219 m€), a Quinta da Caverneira (112 m€), etc., tudo obras já concluídas e há muito inauguradas e em funcionamento. Obras iniciadas e concluídas ou em vias de conclusão neste exercício, são apenas o Parque de Avioso (71,9 m€), e o Parque de Quires (83,6 m€), o que é manifestamente pouco.

De resto a Taxa de Realização relativamente ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos é de apenas 43,9 % (uma das mais baixas do país).

PASSIVO FINANCEIRO e ENDIVIDAMENTO

A Dívida de Médio e Longo Prazo que é na sua totalidade constituída por Passivos Financeiros, diminuiu em 2,9 M€. Em contra partida as dívidas a fornecedores – Curto Prazo, subiram em 10 M€.

No global a dívida aumentou de 117,9 para 124,1 M€, situação que ainda recentemente nos garantiu um “honroso” 12º lugar no ranking das Câmaras com maior percentagem de endividamento a nível nacional.

Quanto ao Serviço de Dívida que em 2005 se situou nos 6 M€ (sendo 3,9 de Amortizações e 2,1 M€ de Juros), vai subir em 2006 para 8,3 M€ por terminar o período de carência de um dos empréstimos, e continuará a subir no futuro próximo à medida que outros três empréstimos, totalizando 27 M€, forem terminando o período de carência.

A manter-se a descida das Receitas, e não havendo uma significativa contenção na Despesa Corrente, podemos vir a confrontar-nos a muito curto prazo com um cash-flow negativo.



Assembleia Municipal da Maia
Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Dito isto, e no exercício do dever democrático de oposição vai o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votar CONTRA a aprovação destes documentos.


Temos dito.

Maia, 2006-04-26



Ex.mo Srº Presidente da A.M.
Ex.mos Srº Secretários
Ex.mo Sr. Presidente da Câmara
Ex.mos Senhores Vereadores
Caros Colegas
Estimado Público
Comunicação Social

Os documentos que hoje são objecto da nossa apreciação espelham, em termos estratégicos e financeiros, a GESTÃO do nosso Município durante o ano de 2005.

A minha intervenção centrar-se-á nos aspectos mais relevantes do relatório de gestão, considerando que a excelência da informação das restantes peças permite todo o detalhe analítico.

Do lado da DESPESA, cujo montante ultrapassou os 75 milhares de euros, gostaria de destacar a redução das despesas correntes em 3.5% (2004), bem como a respectiva taxa de execução superior a 80%.

No que respeita às despesas de capital a taxa de crescimento foi de 44% face a 2004, indicador notável, apesar de uma taxa de execução (46.5%) abaixo das expectativas por razões que mais adiante referirei.

Importa salientar que o TOTAL DO INVESTIMENTO em 2005 atingiu os 45.8 milhares de euros, facto que traduz, por si só, uma notável

capacidade de realização direcionado fundamentalmente para as funções sociais, onde a habitação social atingiu um peso superior a 20 milhoes de euros.

A clareza dos números fala por si e dispensa quaisquer outros comentários.

Do lado da RECEITA, cujo montante global atinge os 61,993 milhoes de euros destacaria a excelente performance alcançada ao nível das receitas correntes cujo crescimento em relação a 2004 ficou próximo dos 10% e a respectiva taxa de execução que atingiu os 92%.

Ambos os indicadores traduzem um grau de eficiência elevado, quer na cobrança quer na execução orçamental e atestam de forma muito clara a nossa autonomia financeira. Para isso pretendo dar a conhecer, apenas, 2 ratios de estrutura:

- Peso das Receitas Próprias no Total das Receitas 75%
- Peso dos Passivos Financeiros no total das Receitas 0%

É ESTA A VERDADEIRA REALIDADE.

Reportando-me às receitas de capital cuja taxa de execução ficou muito aquém do estimado por razões que se prendem fundamentalmente com a não concretização da alienação prevista de património deverá mesmo merecer o apoio da

bancada do PS que na oportunidade se manifestou preocupada com o pretenso desbaratamento do património acumulado. Parece que agora, e uma vez mais, mudaram de opinião.

Mas não foram obviamente estas as razões que motivaram a não concretização destas vendas. Todos conhecemos as actuais condições do mercado e esta Câmara Municipal não alienará nada, sem claras vantagens financeiras, até porque como ficou atrás patenteado, disso não necessita.

Vou debruçar-me de seguida sobre um tema que é sempre muito caro à nossa oposição, embora nem sempre pelas melhores e mais puras razões. Refiro-me obviamente ao nível do nosso endividamento e ao serviço da dívida.

Assim importa salientar que temos cumprido pontualmente o plano de amortizações contratualizado, logo honrado a totalidade dos compromissos assumidos, facto que nos permitiu uma redução de cerca de 5% no montante da dívida contratada a médio e longo prazo, redução essa que irá continuar nos próximos anos.

Reportando-me à dívida de curto prazo é de salientar uma clara diminuição nas rubricas Fornecedores c/c, e Outros Credores, em contraponto com um agravamento nos Fornecedores de Imobilizado c/c.

E M

Tal facto tem a sua explicação na conclusão de diversas obras planeadas para o fim do ciclo político, que ocorreu nos finais de 2005, e cujos débitos se efectivaram nessa altura. Trata-se por isso de uma questão que merecerá a devida atenção do nosso executivo camarário, na definição do ritmo, do investimento programado no Plano Plurianual de Investimentos.

Bastaria pois abrandar aquele ritmo de realização, e penso que é exactamente isso que está a ser feito, para reduzir naturalmente o saldo da referida conta.

No que concerne ao serviço da dívida impõe-se referir que o seu peso, face á despesa total, diminuiu em relação a 2004 e cifra—se em 8% do seu montante global. Trata-se de um indicador que é publico e auditável, logo não objecto de engenharias financeiras, encontrando-se por isso longe de constituir um estrangulamento à actividade financeira do município, como por vezes irresponsavelmente se insinua.

Pela nossa parte iremos, de forma serena mas determinada, continuar o nosso caminho, na defesa da contínua melhoria dos níveis de conforto e bem estar de todos os maiatos.

Os documentos que hoje iremos aprovar constituem um claro exemplo de sensatez e equilíbrio, num contexto económico recessivo, evidenciado no corte verificado nas despesas

correntes sem comprometer o investimento e
mantendo os nossos mais importantes activos.

Uma palavra final , para si , Srº Presidente da
Câmara , pela sua grande sensibilidade social,
espelhada nestes documentos,e traduzida numa
forte vontade e determinação em resolver os
problemas das PESSOAS.



L
8
12

Sr Presidente da Câmara
 Sr Presidente da Assembleia
 Srs Vereadores
 Srs Deputados
 Estimado público
 Comunicação social

A breve nota introdutória desta conta de gerência reflecte com exactidão "involuntária" o que foi o exercício Autárquico de 2005.

De facto realça como principais empreendimentos do ano em análise:

- A entrega de 251 fogos de habitação social;
- A abertura ao público dos parques de Avioso e de Quires, jardim dos Altos e jardim da Granja.
- A chegada à Maia do Metro de superfície e as respectivas intervenções de requalificações urbanas.

O relatório é indiscutível e demonstra claramente que a Câmara em 2005 fez muito pouco para merecer os resultados eleitorais que obteve.

Assim:

No total de 614 fogos, que estavam concluídos há vários anos, sendo apenas ocupados cerca de 60% na altura da sua conclusão, os restantes 40% foram deixados para serem entregues, em ano de eleições. Esta situação, revela o desprezo pelas pessoas que se encontravam em condições precárias de habitação, só para satisfazer o calendário eleitoral, pois em muitos casos os Municípios estavam à espera desde 1993, mesmo assim, muitos, vão continuar cine dia à espera.

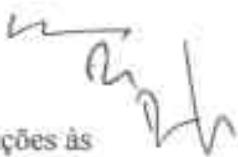
A abertura ao público dos parques, cujas obras em alguns ainda se encontram em execução, apesar das apressadas e pomposas inaugurações, por exemplo o parque de Avioso nem WC tinha!. O seu pagamento, não está devidamente reflectido nas contas de 2005.

Serão para pagar imagine-se em 2006 e anos posteriores.

A chegada à Maia do Metro de superfície, ao ser mencionada neste Relatório, revela uma tremenda falta de seriedade política.

Trata-se de um projecto, e de uma obra que nada tem a ver com a Câmara, que aliás beneficiou de muitas obras de requalificação, todas a custo zero, e que agora ao ser apresentado nas contas do Exercício de 2005, quer tirar dividendos políticos.

Sr Presidente da Câmara a inauguração da estação de Pedras Rubras, foi feita com pompa e circunstância, só que se esqueceram que a infra-estrutura implementada necessita de estudos de planeamento de tráfego automóvel e estacionamento, desde a entrada em circulação do metro tem sido um pandemónio com tudo entupido. Não esquecendo que tem nas proximidades um quartel de bombeiros.



A Câmara falhou mas agora a culpa é da Empresa do Metro. Para isso deu instruções às juntas de freguesia de Moreira e de V.N.da Telha, para fomentar uma reunião de Municipais , protestando contra a empresa do Metro.

Fantástico.

Para a inauguração a Câmara teve um papel importante ? quando existem problemas , a culpa é do Metro

Ou seja o que é positivo tiram-se proveitos políticos no que é negativo sacode-se a água do capote.

Sr Presidente tirar louros políticos indevidos não é correcto. Fazemos lembrar aqui Dr Fernando Gomes como o grande impulsor do projecto e o Governo do Partido Socialista que ao tempo o iniciou.

Aliás esta falta de seriedade política repete-se com a construção do Hospital Privado ao qual a Câmara se está a colar, à semelhança do que tem tentado fazer com o aumento e melhoramento do aeroporto de Pedras Rubras.

Reconhecemos, pois que está muito bem aplicada a frase de "DEMÓSTENES", as palavras que não são acompanhadas de factos não servem para nada. Têm toda a razão porque quanto a factos esta Conta de Gerência não precisa de muitas palavras!

ANALISE GLOBAL DA RECEITA TAXA DE EXECUÇÃO

Diz-se que "O HOMEM COMPETENTE NÃO É AQUELE QUE DIZ QUE FAZ, MAS O QUE FAZ O QUE DISSE QUE FAZIA"

A previsão das Receitas no orçamento para 2005 foi de 114,4 milhões de euros .

O Realizado foi de 61,9 milhões de euros com um desvio de menos 52, 4 milhões de euros, o que confere uma taxa de realização de 54,1%.

Esta é uma das piores taxas de realização dos últimos anos.

Se nas Receitas Correntes o desvio é de 4,8 milhões de euros (-8,43%) é aceitável, já no que diz respeito às Receitas de Capital , - 47,5 milhões de euros (-82,99%), em termos orçamentais é uma catástrofe.

Vão dizer que não venderam património, esquecendo-se dos 25 milhões de euros que resultam da alienação antecipada das Rendas, que como o Partido Socialista profetizou aniquilaram económica e financeiramente a Empresa Espaço Municipal, inviabilizando a manutenção e preservação do Parque Habitacional para os próximos 25 anos.

No entanto existe um aspecto positivo a reter, as Receitas Correntes são muito superiores às Receitas de Capital (52,2 milhões de euros , para 9,7 milhões de euros).

É esta a REALIDADE com que à partida uma gestão Autárquica deve contar. Porque as Receitas Correntes são feitas com base nos impostos Directos e Indirectos e resultam simultaneamente da realidade económica e financeira de cada concelho.

Ao contrário, as Receitas de Capital ou são feitas com base nos apoios obtidos junto da Administração Central ou através de Fundos Comunitários, projectos co-financiados contratos programas . etc , ou são o RESULTADO DE RECEITAS EXTRAORDINÁRIAS , obtidas quer pelo recurso ao endividamento bancário, como tem sido prática neste concelho, ou através da venda de Bens de investimento (património e outros activos).

Neste capítulo esta Conta de Gerência teria de ser apontada como um exemplo, não fosse a circunstância de tudo isto ser meramente ocasional e não resultar de qualquer estratégia de saneamento financeiro.

Caso a torneira do endividamento estivesse aberta a embriaguez seria total.

E também, ao ouvirmos o Presidente desta Câmara repetir que tem, muito património para alienar percebe-se que só ainda não o fez porque os tempos estão difíceis

O Partido Socialista tinha razão quando afirmava que era necessário inverter a pirâmide do endividamento e sanear financeiramente a Autarquia. O reflexo imediato está a vista nos únicos dois aspectos positivos desta Conta de Gerência :

São:

- Redução do passivo financeiro (banca) em 2,9 milhões de euros
- Redução das Despesas Correntes (Aquisição de Bens e Serviços em 2,8 milhões de euros), com melhoria da POUPANÇA CORRENTE.

O Exercício da gestão não se faz por acaso mas através de um planeamento estratégico com resultados imediatos (pouco visíveis) mas com reflexos a médio e longo prazo.

Como sempre dissemos o problema da Câmara da Maia é mais um problema económico (estrutural) do que um problema financeiro.

As medidas avulsas (venda das rendas , património, etc.) podem pontualmente resolver problemas financeiros, mas os problemas económicos só através de medidas de fundo (redução de excedentes, contenção das despesas, alterações orgânicas, rigor nas contas , receitas alternativas, etc).

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

82
1-1
Não se pode, como é habitual, o Presidente da Câmara ou o líder da bancada da coligação queixarem-se do Governo.

A administração Central Transferiu em 2005 , 15,7 milhões de euros, ou seja, sensivelmente o mesmo que em 2004 e mais do que em 2003 (12,5 milhões de contos) isto em plena governação do PSD.

Importa aqui referir que houve um reforço de 839.300 euros dos Serviços e Fundos Autónomos que permitiram reduzir o passivo à Banca pois esta verba veio do INH consignada à aquisição de edifícios PER..

De resto, seria um acto de seriedade e boa justiça que a Câmara referisse publicamente e especificamente os apoios que recebeu do Estado quer no âmbito das comparticipações do PIDAC quer na Participação Comunitária em projectas co-financiados em vez de, com espírito de oportunismo e ingratidão chamar tudo a si !.

ANÁLISE DA DESPESA

A Despesa Corrente foi inferior em 8,5 milhões de euros (-15,9%) em relação ao previsto, o que é positivo.

A Despesa de Capital foi inferior em -43,8 milhões de euros (-53,4%) o que é negativo pois significa que o Investimento se ficou por metade !.

TRANSFERÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS E SUBSÍDIOS

O Partido Socialista não concorda com o valor que foi transferido para as freguesias uma vez que se mantém desde 2004 e anos anteriores (1,0 milhão de euros). Aliás houve um acréscimo de 25% em 2003 por tomada de posição dos vereadores do PS e que não teve continuidade.

Pensamos que a câmara deve aumentar as dotações no sentido de diminuir a dependência das Juntas.

Curiosamente em 2005 os subsídios ás diversas Instituições tiveram uma subida de 624% mas não foi apenas por ser Ano de eleições .

É preciso falar verdade , pois deste valor (1,9 milhões de euros) só a empresa MAIA AMBIENTE levou 1,7 milhões, o que nos parece um total exagero!

Com efeito os **subsídios** tal como são entendidos (clubes , associações , comissões de festas) estão classificados nas instituições SEM FINS LUCRATVOS e levaram 3,3 milhões de euros . Não é comprehensível que estas instituições, apesar de respeitáveis, recebam três vezes mais do que as dezassete juntas do concelho.

INVESTIMENTO

O Investimento Directo, feito pela câmara foi de 32,0 milhões de euros com uma taxa de realização de 46,5 %. A grande questão é que deste montante , 20,1 milhões de euros aplicados na aquisição dos já referidos fogos de habitação social (PER) e os restantes 12 milhões de euros foram para pagar um enunciado de obras em conclusão ou já concluídas há muito tempo:

*T
J
L*

Vejamos:

Aeródromo 219 mil euros
Parque central 59,5 mil euros
Casa do desporto 355 mil euros
Torre da câmara 238 mil euros
Quinta da Caverneira 112 mil euros
Quinta da Gruta 544 mil euros
Estádio Pedras Rubras 656 mil euros
Estádio Nogueirense 742 mil euros

Em contra partida o Investimento Indirecto, traduzido nas transferências de Capital para as Freguesias, no âmbito dos contratos programa ficou muito longe do previsto 42,2% ou seja as dezassete freguesias receberam apenas comparticipações de 2,1 milhões de euros.

Arrastam-se assim um pouco por todo o concelho obras de iniciativa das juntas com atrasos significativos das comparticipações da Câmara, o que para além de injusto para as populações penaliza as próprias juntas nas suas taxas de execução

Das obras iniciadas e concluídas (?) no mandadto há referencia apenas para:

Parque de Avioso 71,9 mil euros
Parque de Quires 83,6 mil euros

O que significa que vão acabar de ser concluidas e pagas nos próximos anos. ASSIM O PPI (PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS FICOU EM 43,9% , o que só por si já diz tudo.

PASSIVO FINANCEIRO E INVESTIMENTO

A dívida de MÉDIO LONGO PRAZO é na sua totalidade constituída por passivos Financeiros que diminuíram 2,9 milhões de euros, por força das amortizações .

Em contrapartida o Curto Prazo que é a dívida a FORNECEDORES , subiu 10 milhões de euros, apesar dos 25 milhões de euros oriundos das rendas antecipadas.

Isto carece de uma boa explicação!!!.

No seu Global a dívida aumentou de 117,9 para 124,1 milhões de euros . Tudo isto é preocupante.

Atente-se agora no Serviço da Dívida que foi em 2005 de 6 milhões de euros ano, sendo 3,9 milhões de euros para amortizações e 2,1 milhões de euros para juros. Este valor vai subir em 2006 para 8,3 milhões de euros ano pois dois empréstimos terminaram o seu período de carência . Aliás o serviço da Dívida irá disparar nos próximos anos. O partido Socialista alerta e apela uma vez mais para uma política de contenção e de rigor nas contas públicas.

Concluindo:

Não houve obra? E depois ? quem diz que é com obras que se ganham eleições ?

O sr Presidente desta Câmara, já percebeu, o que o povo quer é passeios à Malafaias ou Fátima, uns jantares com os dirigentes das colectividades, cabazes de Natal à fartura, umas festinhas com as criancinhas, foguetórios etc .

É disto que o povo gosta e até há quem pense que é isto que o povo merece.
Nós Partido Socialista achamos que não.

Bastará avaliar o que as contas deste exercício destinaram às áreas sociais, ao apoio aos idosos, às crianças e aos mais carenciados para merecer redondamente o nosso voto contra.

Esta conta de Gerência merece ser encaixilhada e enviada para casa de cada munícipe como motivo de sublime atestado" mas deve também ser oferecida nas Universidades em áreas do fórum das ciências políticas como um verdadeiro tratado de "Ganhar eleições por maioria absoluta sem saber ler nem escrever.

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA